

CAP. QOPM DICÉSAR MOREIRA LUIZ

**A INSPEÇÃO DE SAÚDE PARA INGRESSO NA PMPR COMO ÚLTIMA
FASE DO CONCURSO PÚBLICO: EXAME ADMISSIONAL**

Monografia apresentada por exigência curricular do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador Metodológico: Professora
Dr^a. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo:
Maj. QOPM Wellington Hathy

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2011

“O conhecimento da vida não pode parar onde começa a vida humana. A fronteira que separa o homem dos outros seres vivos não é natural. É uma fronteira cultural, que não anula a vida, mas a transforma e lhe permite novos desenvolvimentos.”

(MORIN, 1980, p. 16)

Dedico este trabalho à minha esposa que teve compreensão e amor, incentivando dia-a-dia para transposição das dificuldades.

Aos meus Pais pela formação pessoal que me deram e continuam dando, com seus exemplos, ensinamentos e pelo incentivo nos momentos de angústia.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre esteve ao meu lado, nos momentos mais difíceis;

À Professora Dra. Sônia Maria Breda, pela capacidade e trabalho de orientação metodológica, o que permitiu concluir, com êxito, mais esta etapa;

Ao Major QOPM Wellington Hathy, orientador de conteúdo, pela demonstração de camaradagem e capacidade de conhecimento.

Aos companheiros de curso que prestaram apoio e motivação;

A todos que, anonimamente, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Consiste a pesquisa, em apresentar as mais variadas questões legais e constitucionais que cercam a aplicação de exames de saúde em concursos públicos e sua mudança para a última fase. São abordados temas relacionados ao direito constitucional e administrativo em seus vários institutos que possuem estreita ligação com o concurso público, bem como, com a aplicação dos referidos exames. A realização deste trabalho se deu com base em dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental e o método de abordagem escolhido para o seu desenvolvimento foi entrevista com os responsáveis diretos pelos setores da Polícia Militar do Paraná ligados à legislação e desenvolvimento dos concursos públicos para ingresso como Soldado de 2ª Classe. Diversos entendimentos jurisprudenciais são expostos, também os posicionamentos doutrinários pertinentes à matéria. O trabalho apresenta alguns conceitos sobre concurso público, exames de saúde, cargo público, princípios constitucionais, como o da legalidade, publicidade, impessoalidade, dentre outros. Demonstra a aplicabilidade desses princípios no tema proposto. São apresentados os pressupostos de validade dos exames de saúde e sua mudança para o final do certame, igualmente, são tratadas algumas questões legais sobre o assunto, como o caráter eliminatório. A pesquisa objetiva demonstrar que não há impedimentos legais e administrativos para a mudança dos exames de saúde para o final de um concurso público. Portanto, conclui-se que os exames de saúde podem ser aplicados na última fase do concurso público para ingresso na Polícia Militar do Paraná, desde que seja observada a legislação vigente.

Palavras-chave: Exames de Saúde. Concurso Público. Princípio da Legalidade. Mudança para a última fase.

ABSTRACT

Research consists in presenting the most varied legal and constitutional issues that surround the application of health exams in public tests and their change for the last phase. Themes related to the constitutional and administrative law in their several institutes which have connection with the public tenders are approached, as well as, with the application of the referred exams. This work was accomplished based in data collected through bibliographical and documental researches. The method chosen for the development of this work was the interview with the direct for the sections of the Military Police of Paraná, linked to the legislation and development of the public competitions for entrance as Soldier of 2nd Class. Several understandings and jurisprudences are exposed, also doctrines and positions that belong to the subject. The work presents some concepts on public test, health exams, civil service employee, constitutional beginnings such as; legality, publicity, impersonality, and others. It also demonstrates the applicability of those beginnings the proposed theme. The presuppositions of validity of the health exams and their change to the end of the public tenders are presented, as well as some legal issues are addressed on the subject, like the elimination character. The research has as objective to demonstrate that there isn't legal and administrative impediments for the change of the health exams for the end of a public competition. Then it is concluded that the exams health can be applied as the last phase of the public competition for the entrance in the Military Police of Paraná, but the effective legislation should be observed.

Keywords - Health Exams. Public competition. Beginning of the Legality. Change for the last phase.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAS - Associação dos Profissionais da Área da Saúde

BCG – Boletim do Comando-Geral da PMPR

BM – Bombeiro Militar

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CFSd – Curso de Formação de Soldados

CJ – Consultoria Jurídica da PMPR

CRS – Centro de Recrutamento e Seleção

DIOE – Diário Oficial do Estado

DP – Diretoria de Pessoal

EsFAEP – Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças

NE – Núcleo de Ensino

p. - página

PM – Policial Militar

PM/1 – 1ª Seção do Estado Maior da PMPR (Legislação e Pessoal)

PMPR – Polícia Militar do Paraná

PPMM – Polícias Militares

QOS – Quadro de Oficiais de Saúde

Sd PM/BM 2ª Classe – Soldado de 2ª Classe, é aquele em período de formação

SEAP – Secretaria de Estado da Administração e Previdência

SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda Pública

SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

UE – Unidade Escola

VFPFC – Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A MUDANÇA DOS EXAMES DE SAÚDE PARA ÚLTIMA FASE DO CONCUR- SO PÚBLICO.....	14
2 PROBLEMA DA PESQUISA.....	16
2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
2.1.1 Objetivo Geral.....	18
2.1.2 Objetivos Específicos.....	19
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 COLETA DE DADOS.....	20
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	21
4 CONCURSO PÚBLICO E CARGO PÚBLICO.....	23
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
4.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	25
4.3 FASES DO CONCURSO.....	29
4.4 CARGO PÚBLICO.....	32
4.4.1 Requisitos para investidura.....	34
5 EDITAL.....	36
5.1 PREVISÃO DOS EXAMES DE SAÚDE.....	37
5.2 PRESSUPOSTOS DE VALIDADE DOS EXAMES.....	37
5.2.1 Noções Gerais.....	37
5.2.2 Previsão Legal.....	39
6 OS EXAMES DE SAÚDE EXIGIDOS.....	42
6.1 EXAMES DE SAÚDE EXIGIDOS PARA INGRESSO NA PMPR.....	42
6.1.1 Exames clínicos incluindo os laboratoriais.....	42
6.1.2 Exame Psicopatológico com o perfil profissiográfico exigido.....	49
7 RESULTADOS OBTIDOS.....	52
7.1 DA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O ATUAL SISTEMA E A POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS.....	52
7.2 TEMPO ENTRE EXAME DE SAÚDE E O INGRESSO.....	53
7.3 CANDIDATOS QUE REALIZARAM EXAMES E AGUARDAM NOVAS VAGAS.....	54

7.4 GASTOS DO ERÁRIO PÚBLICO COM A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.....	54
7.5 GASTOS ÀS EXPENSAS DOS CANDIDATOS EM EXAMES LABORATORIAIS.....	55
7.6 EXAMES PSICOPATOLÓGICOS.....	55
7.7 RECURSOS ADMINISTRATIVOS E MANDADOS DE SEGURANÇA DE CANDIDATOS QUE NÃO INGRESSARÃO.....	57
7.8 REALIZAÇÃO DE DOIS CONCURSOS PÚBLICOS NA PMPR AO MESMO TEMPO.....	57
7.9 O NÚMERO EXPRESSIVO DE CANDIDATOS NOS CONCURSOS DA PMPR.....	58
7.9.1 Quantidade de candidatos classificados na prova objetiva e ingressos realizados.....	59
7.9.2 Previsão de candidatos para novos concursos públicos.....	62
8 PROPOSTAS DE MUDANÇAS.....	63
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista.....	69
ANEXO A - Edital de concurso para ingresso como Sd 2ª Classe.....	71

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) sempre necessitou atender a demanda de pessoal para a manutenção do seu efetivo de profissionais. Dentro desta necessidade, no ano de 1967, buscou a criação do Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná, que ocorreu com o Decreto Estadual nº 16.316/1964, que a partir desta criação se iniciaram os processos de seleção de pessoal civil para ingresso na carreira de policial-militar. Daquela data até a atualidade, foram incluídos na Polícia Militar 46.361 pessoas, advindas da sociedade e que almejavam seguir carreira na profissão de militar estadual.

A busca pela manutenção e o aumento do seu efetivo é constante, em virtude de que existem várias formas de inatividade de policiais militares: reserva remunerada, reserva não remunerada, reformados, excluídos a pedido ou a bem da disciplina, falecimento entre outros.

Ao passar do tempo, e em vista da necessidade de melhorias nos processos, foram ocorrendo mudanças significativas quanto à legislação pertinente ao assunto, bem como melhorias nas previsões editalícias e seus requisitos para o ingresso.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, necessário se fez mudanças na legislação infraconstitucional que até então não destoava da realidade do País. Nesta seara, igualmente, a Polícia Militar do Paraná adaptou-se aos novos tempos, buscando atender os anseios da sociedade no tocante à segurança pública e seus mais variados serviços prestados como agência pública de proteção e socorro.

Neste diapasão, ocorreram também mudanças nos processos seletivos para ingresso na Corporação, visando sempre trazer para seu meio, pessoas da sociedade que realmente buscavam a vontade de atender, auxiliar, proteger e socorrer de forma qualificada a sociedade da qual pertenciam. Note-se que este sempre foi também o objetivo da instituição, selecionar os melhores candidatos para o ingresso nas fileiras da corporação.

Seguindo este pensamento, o Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR, órgão subordinado diretamente ao Diretor de Pessoal da Corporação, passou a readequar e refinar de forma ampla, seus editais de concursos públicos para ingresso na Polícia Militar, chegando ao patamar em que hoje se encontra de um nível de excelência inquestionável sob o ponto de vista legal e técnico, servindo

inclusive de objeto de pesquisa e estudos por parte de outras PPMM do país.

Óbvio que tudo isto não foi por acaso e fruto do trabalho de um único setor da Corporação; envolvidos no processo de estudos de melhorias na elaboração de editais, foram outros personagens importantes dos mais variados setores administrativos da PMPR, em especial aqueles que têm ligação direta com a legislação e outros com a aplicação de provas, exames e testes exigidos nos concursos públicos.

Buscando exatamente a melhoria nos processos seletivos é que se enquadra perfeitamente o trabalho aqui apresentado: o de mudança dos exames de saúde para a última fase do concurso público para ingresso na PMPR como Sd. 2ª Classe, em virtude de que hoje ele é tratado como penúltima fase. Mas por que seria melhor a sua mudança como derradeira do concurso público, sendo tratada como exame admissional? É isto que o estudo se propõe a mostrar, visto que até o momento não ocorreu nenhum aprofundamento da matéria visando aos aspectos de melhorias tanto para Polícia Militar quanto para os candidatos às vagas ofertadas, no tocante à mudança da ordem com que são realizados os exames de saúde para ingresso.

O estudo está dividido em temas que geraram nove capítulos. Num primeiro momento, foi abordada a mudança dos exames de saúde para última fase do concurso público, a metodologia empregada, a definição de concurso público e cargo público, apresentando-se os seus conceitos legais e doutrinários, bem como, os seus objetivos, além das disposições constitucionais sobre o assunto e sobre os requisitos para a investidura. Aborda-se também os exames de saúde exigidos, os resultados obtidos na pesquisa, as propostas de mudanças e as considerações finais.

1 A MUDANÇA DOS EXAMES DE SAÚDE PARA ÚLTIMA FASE DO CONCURSO PÚBLICO

O objetivo do presente trabalho é avaliar as possibilidades de mudanças quanto à aplicação dos Exames de Saúde na Polícia Militar do Paraná para o final dos Concursos Públicos (última fase), como exame admissional. A escolha de tal tema deu-se em virtude da necessidade de aprofundar o estudo no sentido da qualidade, economicidade e eficiência nos concursos públicos para ingresso na Polícia Militar do Paraná. Ainda, no complexo campo dos exames de saúde para ingresso na PMPR, há a aplicação de testes psicológicos, conhecidos no meio de seleção da PMPR como psicopatológicos, tendo em vista que englobam detecção não só de desvios comportamentais, mas também, patologias mentais.

O desenvolvimento do trabalho só foi possível com o estudo prático obtido no decorrer de 08 (oito) anos de serviços prestados junto ao Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná, juntamente com os dados coletados por meio de pesquisas bibliográficas realizadas através da internet, livros, doutrinas, legislações e, em especial, jurisprudências que tratam do assunto.

Existem três formas de ingressar na carreira de Militar Estadual na PMPR: como Cadete do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Oficiais Bombeiro Militares (1º CFO PM/BM); como Soldado de 2ª Classe para frequentar o Curso de Formação de Soldados Policial Militar ou Bombeiro Militar (Sd PM/BM 2ª Classe) e por fim, como 1º Tenente PM Médico, Dentista, Bioquímico ou Veterinário do Quadro de Oficiais de Saúde (QOS).

O estudo se propõe a analisar e criar as variáveis possíveis quanto à adoção das mudanças pretendidas, visando à melhoria no processo seletivo para ingresso, em especial a operacionalização efetiva do Exame de Saúde para o ingresso como Soldado de 2ª Classe Policial Militar ou Bombeiro Militar.

Nos últimos anos, mais precisamente em 2004, a Polícia Militar do Paraná passou a contratar instituição de ensino superior para a realização de algumas das provas que compõem o Concurso Público para ingresso como Soldado, tendo em vista o número expressivo de pessoas que procuram os concursos ofertados pela Polícia Militar. A título de conhecimento, a contratação de instituição de ensino superior dá-se para a realização das inscrições nos concursos,

elaboração, aplicação e correção das provas escritas de conhecimento geral, aplicação e correção dos exames psicopatológicos, além da publicação de todos os resultados e atos referentes aos concursos públicos em seu *sítio*, bem como em Diário Oficial do Estado, este último, exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A avaliação médica é composta por três etapas: exames laboratoriais, exames clínicos, incluindo anamnese e por último, os exames psicopatológicos, estes, complexos, em virtude de que para a sua aplicação, correção e emissão de resultado, existe previsão legal que é de exclusividade do profissional de Psicologia devidamente inscrito nos Conselhos Regionais de Psicologia

Como serão apresentadas propostas de mudanças visando à agilização não em tempo, mas em procedimentos, pode-se ver que o número expressivo de candidatos nos concursos públicos da Polícia Militar do Paraná para ingresso na carreira de Militar Estadual como Soldado nos últimos anos, tem demandando um esforço em termos de contratação de médicos para a realização dos referidos exames, bem como a emissão dos seus resultados.

Dando continuidade ao estudo, serão avaliados a importância da pesquisa e seus objetivos, definições de concurso público, cargo público e de edital, as fases constantes de um edital de concurso público bem como o conteúdo exigido na fase dos exames de saúde, os exames laboratoriais e o perfil profissiográfico necessário para a atividade policial-militar, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, os resultados obtidos e a respectiva proposta de mudança dos exames de saúde para o final do concurso público para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe PM/BM. Ainda se buscou demonstrar os pressupostos de validade dos exames de saúde, dentro da previsão legal, analisando-os com os princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, como também com posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais.

Por fim, foram analisadas questões relevantes que versam sobre os exames de saúde, com a conseqüente mudança destes para o final do concurso público, demonstrando a viabilidade em sua consumação com a devida conclusão.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como já enunciado anteriormente, a estrutura que se deve criar para a realização dos exames de saúde, mais especificamente os exames clínicos e laboratoriais, demanda uma ação conjunta de esforços tanto da Junta Médica da Polícia Militar do Paraná (setor de perícias oficiais da corporação), quanto do próprio Estado, no tocante à contratação de médicos, que nos últimos concursos foram em torno de 10 (dez) profissionais para trabalharem no concurso público durante duas semanas, com expediente de segunda-feira a sexta-feira.

Outro detalhe importantíssimo a ser levado em conta, é o investimento financeiro que os próprios candidatos têm, pois apenas um dos exames laboratoriais que é o toxicológico feito pela coleta de cabelo, custa em torno de R\$ 700,00 (setecentos reais), dependendo do laboratório que o realizou. Para este exame, a maioria dos laboratórios no Paraná faz a coleta, porém, no Brasil, existem apenas 03 (três) empresas que os realizam, sendo a Psychemedics (São Paulo e Rio de Janeiro); Laboratórios Fleury (São Paulo) e a Ômega (Distrito Federal) e todas elas mandam o material coletado para análise nos Estados Unidos da América, onde são processados e mandados de volta com os respectivos laudos, importando em aproximadamente trinta dias entre a coleta de material e o envio do resultado.

A pergunta que poderia ser feita neste caso seria por que então não realizar um exame toxicológico mais simples? A resposta é que este exame tem uma janela de detecção maior, ou seja, quando era realizado pela coleta de urina, o exame detectava apenas drogas que foram usadas em uma semana, já, pela queratina do cabelo ou unha, a janela de detecção é maior, chegando a 06 (seis) meses da data de coleta, além de ser mais seguro e preciso.

Todos os concursos públicos para preenchimento de vagas de Soldado Policial Militar e Soldado Bombeiro Militar têm prazo de validade estabelecido em edital próprio, e este começa a ser deduzido, a partir da divulgação do resultado final do concurso para aquela quantia de vagas ofertadas quando de sua abertura; de acordo com o previsto no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, poderá ser de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado ainda, por igual período, como pode ver visto:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

Na Polícia Militar do Paraná, ultimamente tem sido no prazo de 01 (um) ano, em que poderão ocorrer autorizações governamentais de mais vagas. Na realidade, sempre ocorrem, geralmente em menor número de vagas das previstas inicialmente nos editais de abertura dos concursos públicos, mas, que de acordo com o número de autorizações ocorridas no período de vigência dos concursos, ultrapassam na maioria das vezes aquelas.

Ao observar-se as exigências editalícias, vê-se que, decorridos 06 (seis) meses da data de realização dos exames de saúde, se candidatos vierem a ser convocados para dar continuidade às demais etapas do certame, deverão novamente serem submetidos a exames de saúde, inclusive com novos exames laboratoriais e seus respectivos laudos, como pode-se constatar no extrato do Edital nº 061/2009 que foi do último concurso para Soldados PM/BM:

1.10 O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. No caso de restarem candidatos suplentes, isto é, classificados para além do número das vagas, estes poderão ser chamados, havendo interesse institucional, dentro do prazo de validade do concurso; se decorridos 6 (seis) meses do encerramento do Concurso os suplentes convocados serão submetidos novamente ao Exame de Saúde, Capacidade Física e Pesquisa Social.

Pelo princípio da razoabilidade, por que submeter então tais candidatos a um primeiro exame se é sabido que não serão inicialmente aproveitados.

Parece incoerente obrigá-los por força editalícia, à submissão de tais exames sabendo que decorridos 06 (seis) meses não serão mais aproveitados, e novamente terão que realizá-los, importando novamente em gastos que poderiam ser suprimidos se os exames de saúde fossem tratados como exames admissionais, ou seja, realizados quando da convocação de candidatos remanescentes para o preenchimento de novas vagas.

Por questões de custos mantidos às expensas dos candidatos, no caso dos exames laboratoriais, ocorre um grande número de desistências nos concursos públicos, trazendo prejuízos à instituição, tendo em vista que aqueles melhores classificados nas provas de conhecimentos gerais, seriam os próximos a serem chamados para o preenchimento de novas vagas, porém com os gastos arcados

numa primeira vez, muitos não têm condições financeiras de novamente em virtude de outra convocação, submeterem-se a toda a bateria de exames laboratoriais exigidos, acabando por desistirem dos concursos.

Em virtude de tal acontecimento, a administração terá que chamar outros candidatos que ainda não realizaram as demais etapas do certame, que são: Exame de Capacidade Física, Exame de Saúde e Pesquisa Sócio-Documental, importando em maior tempo, para finalização do preenchimento das novas vagas ofertadas.

Este trabalho pretende demonstrar a viabilização de mudanças significativas nos exames de saúde em concursos públicos, para ingresso como Soldado de 2º Classe Policial Militar ou Bombeiro Militar permitindo desta maneira, uma racionalização nos meios empregados, bem como a questão da economicidade nos seus recursos materiais, humanos e financeiros.

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Foi determinar os problemas hoje enfrentados com a aplicação da fase dos exames de saúde, oferecendo um visão ampla e norteadora a curto prazo, para que se possa ao final, mudar a referida fase, buscando o princípio da eficiência com desdobramentos aos princípios da economicidade e razoabilidade, além de buscar subsídios legais e técnicos sobre a viabilidade da mudança proposta no trabalho.

2.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo visa buscar subsídios técnicos e legais no sentido de viabilizar a mudança da fase dos Exames de Saúde dos concursos públicos para ingresso na PMPR na graduação inicial da carreira, Soldado de 2ª Classe Policial Militar ou Bombeiro Militar, para o final do certame, no sentido de melhorar o sistema de recrutamento e seleção de pessoal para ingresso de civis, implementos estes que não visam à celeridade do processo, mas à agilidade no que diz respeito à

operacionalização da fase estudada, a segurança jurídica e principalmente, quanto à diminuição de gastos tanto do erário público quanto do próprio candidato.

2.1.2 Objetivos Específicos

Em virtude do objetivo geral e buscando a realização do estudo, constituíram os seguintes objetivos específicos:

Constituem objetivos específicos do estudo:

- a) Caracterizar quais são os exames de saúde realizados e a bateria de laudos laboratoriais exigidos;
- b) Identificar os problemas que ocorrem atualmente nos Concursos Públicos para ingresso na PMPR quanto à aplicação dos Exames de Saúde;
- c) Verificar as possibilidades de mudanças dos exames conforme propõe o estudo, para serem estipulados os métodos a serem definidos em editais de concursos públicos para ingresso na Polícia Militar do Paraná;
- d) Indicar os meios necessários para consolidação do proposto neste trabalho;
- e) Registrar as dificuldades encontradas quanto a matérias e estudos a respeito do tema abordado;
- f) Demonstrar os gastos aproximados com a aplicação dos exames de saúde atualmente tanto para a Instituição com a contratação de médicos, quanto para os candidatos com os exames laboratoriais.
- g) Identificar as dificuldades encontradas pelos médicos que compõem as bancas avaliadoras dos exames de saúde da Polícia Militar do Paraná.
- h) Fornecer ao Comando-Geral subsídios no sentido de que se aceita a proposta de mudanças, esta se concretize de maneira prática e rápida, podendo já em próximos concursos ser adotada.

3 METODOLOGIA

Na pesquisa, buscou-se oferecer uma visão geral da temática e dos conceitos envolvidos, mediante revisão da literatura, necessária à compreensão do que está sendo proposto, relacionando o pouco de normas, regulamentos e leis existentes a respeito da matéria.

Em seguida, foi realizado o trabalho de campo envolvendo a coleta de dados documentais, bibliográficos e entrevistas no modo semi-estruturada.

Com base na análise e discussão dos resultados, foi realizada a revisão geral dos elementos mais significativos da pesquisa, sendo apresentadas críticas e sugestões para a mudança dos Exames de Saúde para última fase nos concursos públicos para ingresso como Soldado de 2ª Classe Policial Militar e Bombeiro Militar.

3.1 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de análise documental existente na PMPR, principalmente editais e dados numéricos, além de informações técnicas fornecidas por setores administrativos da Polícia Militar diretamente ligados aos processos seletivos da Corporação, incluindo o Centro de Recrutamento e Seleção, setor responsável pela operacionalização de todo o certame.

Na pesquisa documental, foi realizado decomposição dos elementos constituintes dos dispositivos legais vigentes a nível Federal e Estadual, incluindo-se as legislações específicas da Polícia Militar do Paraná, buscando confrontá-las com a atualidade no que diz respeito a jurisprudências e doutrinas vigentes no país.

Com a finalidade de averiguar as possibilidades de mudança dos exames em questão, foi verificada por intermédio de entrevista no modo semi-estruturada, utilizando-se do recurso de gravação em micro-cassete, a pessoas diretamente ligadas a setores ditos como pontos-chave nos concursos públicos e construída a partir da literatura pertinente, procurando manter entendimento sob o prisma legal, administrativo e prático, de viabilização das mudanças propostas, objetivando atender os anseios institucionais e do público alvo que são os candidatos.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa compreendeu num primeiro momento, consulta bibliográfica e documental, onde se buscou averiguar a possibilidade da mudança dos exames de saúde nos concursos públicos para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe PM/BM para a última fase do certame, comparando o atual sistema de recrutamento e seleção de pessoal e a positividade de sua mudança no tocante à terceira fase do certame. A consulta, se constituiu em fontes bibliográficas de legislação pertinente e existente a nível nacional e estadual, e dados numéricos tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Através do instrumento de pesquisa (entrevista), construído a partir da literatura pertinente, foi aplicado um rol de perguntas semi-estruturadas a pessoas ligadas diretamente com setores da PMPR que de uma forma ou de outra atuam nos concursos públicos para ingresso como Soldado 2ª Classe PM/BM e compreendeu neste universo, o Subcomando Geral, a Consultoria Jurídica, a 1ª Seção do Estado Maior, a Diretoria de Pessoal, o Serviço de Assistência Social e a Junta Ordinária de Saúde, todos órgãos pertencentes à PMPR e que dentro de suas atribuições legais previstas na legislação castrense, são operadoras do direito administrativo e de pessoal, além de órgãos periciais da Corporação.

Além de consulta à bibliografia pertinente ao assunto e das entrevistas realizadas, foram efetuadas pesquisas documentais, estas preponderantes para elucidação do problema apresentado em virtude de que todos os registros existentes sobre concursos públicos na Polícia Militar do Paraná, estão devidamente arquivados no Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR, setor responsável pela operacionalização dos concursos públicos para ingresso na Polícia Militar do Paraná.

Desta forma, além de poder ampliar o universo da pesquisa de uma forma geral, pode-se delimitar as etapas do trabalho com uma visão única sobre o tema proposto, passando a apresentar o problema central como questão norteadora dos estudos, as justificativas teórico-práticas e os objetivos gerais e específicos.

A metodologia empregada na pesquisa, com sua coleta de dados tanto documental quanto bibliográfica, serviu para poder conceituar concurso público, cargo público e edital, dentro de doutrinas e jurisprudências. A pesquisa serviu

também para a composição de todos os exames de saúde exigidos nos concursos públicos para ingresso na PMPR, como Soldado de 2ª Classe tanto Policial Militar quanto Bombeiro Militar.

Os exames de saúde exigidos, passaram a ser demonstrados a partir da etapa clínica que compreende os exames laboratoriais e da etapa psicopatológica com o seu perfil profissiográfico.

Assim, além de poder possibilitar a limitação do problema de uma forma gradual, pode-se também chegar às definições legais e administrativas de como se processa um certame e em especial, os exames de saúde para o ingresso na carreira de militar estadual.

Ressalte-se que, as entrevistas no modo semi-estruturadas, foram o norteador para a conclusão definitiva do trabalho, uma vez que os entrevistados, pertencentes a setores pontuais da corporação, emitiram seus pareceres a respeito do tema, auxiliando a produção das idéias aqui expostas.

Por fim, para que o trabalho pudesse ser melhor compreendido, foi providenciada cópia integral de edital de concurso público para ingresso na Polícia Militar do Paraná como Soldado de 2ª Classe PM/BM, para que se tenha uma visão geral de como se processa todo o certame após as tratativas governamentais da autorização de vagas e da abertura do concurso público propriamente dito.

4 CONCURSO PÚBLICO E CARGO PÚBLICO

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Hely Lopes Meirelles (2006, p. 434), em sua renomada obra “Direito Administrativo Brasileiro”, define o concurso público como sendo:

[...] o meio técnico posto à disposição da administração pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF.

A Administração Pública se utiliza do concurso público como instrumento para prover cargos e empregos públicos, necessários ao funcionamento da estrutura pública administrativa.

Trata-se de exigência constitucional inserida no artigo 37, inciso II, da Constituição. Tendo esta norma força vinculativa, posto que, para o ato de provimento de cargo ou emprego público, na administração direta ou indireta, o concurso público deverá ser previamente realizado pelo gestor público, como se infere abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

O concurso público, segundo a Constituição, poderá ser realizado na modalidade composta de provas ou de provas e títulos. É executado, levando-se em consideração a natureza e a complexidade dos cargos ou empregos públicos, dentro de uma previsão justificada e aludida em lei, medindo-se pelas provas o grau de conhecimento do candidato.

A posse em um cargo ou emprego público para o início do exercício de suas atribuições pelo nomeado, deverá ser precedido de concurso público. A peculiaridade marcante deste instrumento é a alta competitividade, justamente por

ser um meio que não impõe qualquer restrição discriminatória ou de cunho pessoal aos candidatos, a não ser as essenciais ao bom desempenho das atribuições do cargo ou emprego, dentro de uma previsão legal, materializando com isso o princípio da isonomia. Neste sentido, o concurso público afere as aptidões pessoais e seleciona numa gama de candidatos, os melhores que se ajustam ao objetivo do administrador público.

Ademais, José dos Santos Carvalho Filho (2009, p. 596), explica, de acordo com o supracitado, a que se presta a realização de concurso público:

Concurso público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecida sempre a ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio recrutamento de servidores públicos.

“O concurso público utiliza unicamente o sistema de mérito, permitindo que todos os interessados possam participar das seleções. Materializa-se com esse ato três princípios basilares da atuação administrativa, quais sejam: o princípio da igualdade, onde todos estão em um mesmo “degrau” de condições, ou seja, que as vagas sejam ofertadas a todos em situações idênticas; o princípio da moralidade administrativa, onde favorecimentos, perseguições e nepotismo não podem existir; e o princípio da competição, pois o concurso exige a classificação de um candidato para que ele tenha a condição de ingressar no serviço público” (CARVALHO FILHO, 2009, p. 597).

Além destes, a Administração Pública estará jungida, ou seja, obrigada a observar outros princípios administrativos basilares na execução do ato administrativo, como o princípio da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Como bem salienta Hely Lopes Meirelles (2006, p. 413), sempre deverá haver concurso público como prévio requisito para o provimento dos cargos públicos de caráter efetivo, cujos titulares são os servidores públicos, em sentido estrito, e para os empregos públicos, cujos titulares são denominados empregados públicos.

“Observa-se pelo exposto, que a exigência de concurso público não abrange os cargos em comissão, que por definição, são de livre nomeação e exoneração, onde a autoridade competente utiliza critérios subjetivos de confiança para provê-los. Ainda, dispensa o concurso público a contratação temporária de excepcional

interesse público” (ALEXANDRINO; PAULO, 2005, p. 160).

4.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A preocupação verificada ao longo dos anos quanto à minimização de falhas administrativas nos processos seletivos na Polícia Militar do Paraná, levou por diversas vezes a se questionar e ser objeto de estudos e elaboração de vários documentos quanto às fases que o compõem.

Os editais que regiam a matéria (editais de abertura de concursos públicos), ao passar dos tempos veio sendo aprimorado; antes do ano de 2004, tais documentos eram elaborados unicamente sob a égide do Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná, porém, a partir daquela data, passou-se a envolver outros setores importantíssimos da instituição quando da elaboração de minutas de editais.

A visão alcançada com o procedimento de união de esforços atingiu um patamar de perfeição em tais documentos, que serviram de modelos para várias polícias militares do Brasil, a exemplo dos Estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que em contatos com o CRS/DP da PMPR, e dentro da realidade de cada estado, passaram a adotar modelos de editais do Paraná tanto em aspecto de formatação quanto no conteúdo regulamentador dos concursos.

Há ainda muita coisa a ser feita no sentido de se manter um padrão aceitável sob o ponto de vista legal, eficiente e econômico no que diz respeito às exigências editalícias aos candidatos pretensos a ingressar na carreira de Militar Estadual. É neste contexto que a preocupação paira; de se melhorar cada vez mais os concursos públicos tanto para a administração quanto para os próprios candidatos, evitando-se transtornos de ordem judicial e/ou administrativa, respeitando-se inclusive o prescrito no *caput* do art. 37 da Constituição Federal quando assim se refere:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

Há outro motivo importante no tocante aos estudos realizados quando da formatação final de um edital de concurso público, o de que não existe legislação específica sobre o tema; alguns juristas entendem que se o edital está em plena conformidade com a Constituição Federal, ele é a própria lei do concurso, isto para se ter uma idéia da escassez de dispositivos legais que norteiem os concursos públicos. Por outro lado, alguns estados se esforçaram em tentar adotar padrões de requisitos e/ou exigências, bem como nortear a matéria em evidência, mais uma vez, o Estado do Paraná como era de se esperar saiu na frente, criando alguns atos mais de cunho administrativo do que legal como é o caso do Decreto Estadual nº 2.508 de 20/01/2004 que aprova o regulamento geral de concursos públicos.

Ainda que de forma tímida, o Estatuto dos Militares Estaduais do Paraná, Lei nº 1.943, de 23/06/1954, em seus artigos 20 e 21, traz alguns requisitos mínimos para ingresso na Polícia Militar. Alguns outros dispositivos esparsos ainda são encontrados e que servem para tentar se delinear a legitimidade das exigências e normas que devem ser observadas quando da elaboração de editais de concursos públicos, como é o caso da Lei Estadual nº 13.666, de 05/07/2002 que faz alusão aos exames psicológicos para pretensos ocupantes de cargos, empregos ou função pública.

Já na área judicial e em sede de mandados de segurança e ações ordinárias impetradas nas Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas (VFPFC), alguns juízes, como já citamos, e justamente por absoluta falta de previsões da matéria, julgaram tais recursos lançando-se da missiva de que os editais de concursos públicos, em especial os aqui estudados, são a própria lei de concurso, instados justamente por esta carência de dispositivos legais que norteiem as lides julgadas.

Se cumpridas as exigências constitucionais bem como os esparsos diplomas legais pertinentes ao assunto, nada mais racional, moral e ético existe se apenas aplicar-se o princípio da razoabilidade naquilo que for cabível, quando da estruturação de minuta editalícia, vislumbrando-se aí, não o poder discricionário puro e simplesmente, mas a própria presunção de legitimidade quando se atende o interesse público maior, quando se garante em tais dispositivos regulamentadores de concursos os seguintes ditames: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como já demonstrado existir na Constituição Federal

e ainda, em especial, aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, sendo o da razoabilidade e da proporcionalidade, os mais importantes de todos em que será dedicada especial atenção nos próximos parágrafos.

Para melhor compreender o princípio da razoabilidade, tão propagado, e o da proporcionalidade, e que se enquadra perfeitamente no estudo do presente projeto, necessário se faz entender o que são princípios. Estes são valores básicos, inerentes a todos, que estão inseridos em uma sociedade desde sua fundação, são a base de uma sociedade. Paulo Bonavides citando o jurista espanhol F. de Castro diz que: “[...] princípios são verdades objetivas, nem sempre pertencentes ao mundo do ser, senão do dever-ser, na qualidade de normas jurídicas, dotadas de vigência, validade e obrigatoriedade.”

Os princípios estão intrínsecos ao ser humano, não existindo nada acima deles. Por serem formadores das leis, sua violação é considerada gravíssima. Acerca disso, Celso Antônio Bandeira de Mello observa que:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade [...]

Implícito na Constituição Federal de 1988, o princípio da razoabilidade vem sendo cada vez mais aplicado pela doutrina e pelos Tribunais Superiores. Segundo este princípio, terá a Administração Pública que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional. Tendo o administrador a liberdade de adotar a providência mais adequada dentre aquelas cabíveis, não pode ele, portanto, transpor os limites estabelecidos em lei. Cabe, então, ao administrador ponderar sobre o que melhor possa atender ao interesse público naquela situação. O homem-médio, que deve ser regido pelos anseios da coletividade, não deve agir utilizando-se de sua libido, de interesse próprio, deve ele sempre buscar o bem comum, sob pena de infringir o princípio da finalidade e da legalidade.

O ato administrativo que não observa o princípio da razoabilidade não está em conformidade com a lei e é passível de controle pelo Poder Judiciário. Contudo, não se pode falar aqui que o judiciário está invadindo a discricionariedade do administrador pelo simples fato dessa liberdade estar sempre vinculada à lei. É importante ressaltar que a discricionariedade está vinculada ao administrador, não podendo o judiciário interferir nessa liberdade. O judiciário deve analisar a proporção

utilizada entre o meio e o fim que a lei deseja alcançar.

Inserido no princípio da razoabilidade encontra-se o princípio da proporcionalidade. Referindo-se a esse princípio, leciona Paulo Bonavides que: “[...] há princípios mais fáceis de compreender do que definir. A proporcionalidade entra na categoria desses princípios.”

A proporcionalidade deve ser observada tanto pelos que exercem quanto pelos que padecem o poder, devendo o administrador estabelecer uma relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios que são levados a cabo.

São três os elementos ou subprincípios que compõem o princípio da proporcionalidade: a pertinência ou aptidão; a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.

O primeiro elemento é a pertinência, que analisa se o meio usado é o certo a ser empregado para o interesse público. É necessário que se possa alcançar o fim desejado.

Por necessidade, segundo elemento da proporcionalidade, entende-se que a medida não pode exceder os limites indispensáveis à conservação do fim legítimo que se almeja. Lecionam, ainda, alguns autores dizendo que o ato deve ser realizado pelo meio menos gravoso. Citando Xavier Philippe, este assevera que o princípio pode ser ilustrado pela seguinte máxima: “[...] de dois males, faz-se mister escolher o menor.”

A proporcionalidade em sentido estrito, último elemento ou subprincípio da proporcionalidade, é aquele utilizado pelo administrador para escolher o meio ou meios que levarem mais em conta o conjunto do interesse público.

A professora Lúcia Valle Figueiredo conclui: “Em síntese: a razoabilidade vai se atrelar à congruência lógica entre as situações postas e as decisões administrativas. Vai se atrelar às necessidades da coletividade, à legitimidade, à economicidade.” (Revista Diálogo Jurídico, 2002, edição nº 13, p. 16)

“Por último, ressalta-se que o princípio da razoabilidade é mais um meio de controlar a administração pública e proibir os seus excessos, sendo, portanto, um dos mais importantes princípios regradores da administração pública.” (SIQUEIRA SILVA, 2006, edição nº 203, Portal Boletim Jurídico).

Neste esteio, e após uma análise aprofundada de um dos princípios basilares e

regradores da administração pública, pode-se observar que tudo aquilo que se constar de um edital de abertura de concursos públicos e que sirva para melhorar a qualidade dos serviços, bem como do próprio candidato à vaga, vem ao encontro dos ditames tanto administrativos quanto jurídicos, ficando estampado que a mudança desta ou daquela fase de um concurso público, em nada poderia prejudicar o seu desenvolvimento e ainda, atende aos interesses institucionais e públicos.

4.3 FASES DO CONCURSO

Um concurso público para o provimento de vagas de Soldado Policial Militar é composto por várias fases, muitas vezes, estas são divididas em etapas. Perfazendo todo o caminho que deve percorrer o candidato até o ato de ingresso na Corporação, com a consecutiva posse, que é a investidura do aprovado nas atribuições da função pública.

Importante frisar que há uma inadequação quanto à utilização dos termos fases ou etapas de um concurso, pois algumas leis utilizam a expressão etapas como sendo uma divisão e fases como uma subdivisão; já outras, fazem uso do termo fases como uma divisão e etapas para denominar uma subdivisão.

Nesta senda, os concursos públicos realizados na Polícia Militar do Paraná, são aplicados por fases, das quais, algumas subdivididas em etapas, a exemplo da fase do Exame de Saúde que está subdividido em etapas: clínica e psicopatológica. Note-se que, o ingresso definitivo na instituição, dá-se depois de concluído o concurso público, o curso de formação não é fase de concurso público na PMPR como em outros órgãos, por isso, enquanto em um concurso público para civis de outras carreiras as provas ou provas e títulos faz parte da primeira fase do concurso e o período de formação a segunda, nas instituições policiais militares do Brasil, o ingresso na carreira com a conseqüente nomeação, é posto em prática depois de concluídas todas as fases do concurso público propriamente dito.

As fases do concurso público para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe, além de serem explicitadas em edital de abertura do concurso, são determinadas por editais de convocação que obviamente precedem à sua aplicação

e estão divididas em quatro fases distintas: prova escrita de conhecimentos gerais; exames de capacidade física; exames de saúde e, por fim, o exame social e documental.

Embora não sejam tratados como fases do concurso, há que ser lembrado que existem ainda, outros atos que igualmente às provas, podem desclassificar um candidato, como é o caso da convocação dos aprovados em todas as fases do certame para o ingresso; a sua ausência no dia marcado, ou o descumprimento dos requisitos legais exigidos para ingresso na PMPR como é o caso de limite de idade, dentre outros requisitos, poderão eliminá-lo do concurso.

Nos concursos públicos realizados na Polícia Militar do Paraná para o provimento de cargos de Soldado Policial Militar e Soldado Bombeiro Militar, as etapas que compreendem todo o processo iniciam na 1ª Seção do Estado Maior da PMPR, responsável pela legislação interna e de efetivo, que realiza estudos sobre o *quantum* de vagas abertas existentes e que se faz necessário seu preenchimento, encaminha o resultado dos estudos ao Comando-Geral que vai solicitar formalmente ao Chefe do Poder Executivo a autorização para contratação mediante concurso público de novos policiais militares, este, autoriza as vagas depois de emitido parecer favorável das Secretarias da Fazenda (SEFA), da Administração e Previdência (SEAP) e Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) em virtude de resolução conjunta, que se inicia um complexo de atividades seqüenciais e paralelas assim resumidas:

- a) Elaboração de Minuta de Edital, o Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR inicia os trabalhos de elaboração da minuta de edital com o apoio da 1ª Seção do Estado-Maior da PMPR (PM/1) e Consultoria Jurídica (CJ) que após aprovada, transforma-se no Edital do Concurso Público;
- b) Contratação de instituição de ensino superior para a abertura das inscrições do concurso público, elaboração e aplicação das provas escritas de conhecimentos gerais, bem como correção e emissão do resultado, além da manutenção em seu *site* de todos os atos do concurso público;
- c) Publicação do edital de abertura do concurso público no *site* da instituição de ensino superior contratada e em Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE);
- d) Ampla divulgação nos principais meios de comunicação de massa

existentes no Estado (rádios, jornais e canais televisivos);

- e) Composição das Bancas Examinadoras, que são designadas por intermédio de ato administrativo do Comando-Geral da Corporação e publicadas em Boletim (BCG);
- f) Início do processo de inscrições, no *site* da instituição contratada;
- g) Publicação da relação dos candidatos inscritos: que por resolução do Tribunal de Contas do Estado (TCE) deve ser em Diário Oficial do Estado (DIOE) e no *site* da contratada;
- h) Divulgação do ensalamento: com datas, locais e horários das provas escritas de conhecimento geral;
- i) Realização da prova escrita de conhecimentos gerais;
- j) Divulgação do resultado da prova escrita de conhecimentos gerais em DIOE e *site* da contratada;
- k) Realização da entrevista para candidatos afrodescendentes, em cumprimento a Lei Estadual nº 14.274/03, que estabelece que dez por cento do total de vagas oferecidas em concursos públicos deverá ser para candidatos que se declararem afrodescendentes; a entrevista é justamente para confirmar se o candidato declarado se enquadra na lei;
- l) Convocação para o exame de capacidade física;
- m) Realização do exame de capacidade física;
- n) Divulgação do resultado do exame de capacidade física;
- o) Convocação para o exame de saúde;
- p) Realização do exame de saúde;
- q) Divulgação do resultado do exame de saúde;
- r) Divulgação do resultado do exame social e documental, o qual tem início paralelo ao Exame de Capacidade Física com o preenchimento de formulário de dados biográficos dos candidatos;
- s) Convocação pela ordem crescente de classificação para fins de ingresso dentro das vagas ofertadas;
- t) Ingresso com o respectivo ato de nomeação
- u) Prestação de Contas do concurso público ao TCE.

Importante destacar que todos os atos inerentes ao concurso público, deverão ser publicados no *site* da contratada para fins de conhecimento por parte dos candidatos e em Diário Oficial do Estado (DIOE), sendo que cópias de todos estes

atos deverão fazer parte integrante da prestação de contas do concurso público que é obrigatória ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

4.4 CARGO PÚBLICO

O presente estudo será tratado com base nos cargos públicos, já que, a priori, os exames médicos, e em especial os psicotécnicos, são nestes mais freqüentemente aplicados e exigíveis.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 37, inciso I, que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. O cargo, o emprego e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que se ajustam aos requisitos legais impostos para que tenham legitimidade quando atuar em nome do Estado.

Conclama o supracitado inciso que os requisitos a serem preenchidos para a investidura serão estabelecidos em lei. Materializando, assim, o princípio da isonomia, o princípio da legalidade, bem como o da acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas.

O grande jurista, Hely Lopes Meirelles (2006, p. 417), define cargo público, buscando aperfeiçoar os conceitos encontrados em algumas leis esparsas: “O cargo é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei.”

Em síntese, cargo público é a parcela de poder estatal cometida a um servidor, pela nomeação de uma pessoa física para exercê-lo, e, assim, ter a titularidade e competência para realizar as funções inerentes ao cargo.

Cargo público é o conjunto de atribuições, responsabilidades e direitos, previstos na estrutura organizacional de um órgão ou entidade, que devem ser atribuídos a um servidor, onde este fará às vezes do Estado que representa, e colocará em prática os atos administrativos.

São criados por lei, respeitando o princípio da legalidade; acessíveis a todos os brasileiros, seja nato ou naturalizado, materializando a isonomia e igualdade;

possuem uma denominação própria, estabelecida pela conveniência do chefe do Poder respectivo; há uma contraprestação aos serviços, que é o pagamento realizado pelo erário público; e pode se dar em provimento de caráter efetivo ou em comissão.

Para a carreira de militar estadual das PPMM, existem legislações específicas, a começar pela própria Constituição Federal em seus artigos 42, 142 e parágrafos como pode ser visto abaixo:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

[...]

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

[...]

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

[...]

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Na Constituição do Estado do Paraná, foi reservado um capítulo inteiro para definir militares estaduais bem como outras garantias, direitos e obrigações desta categoria, de servidores, como expressa muito bem a seguinte redação:

CAPÍTULO III

Dos Militares Estaduais

Art. 45. São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

[...]

§ 6º A lei disporá sobre os direitos, os deveres, as garantias e as vantagens dos militares estaduais, bem como sobre as normas de ingresso, acesso à carreira, estabilidade, limites de idade, condições de transferência para a inatividade e outras situações peculiares.

4.4.1 Requisitos para investidura

Exige-se a comprovação de alguns requisitos para a investidura em um cargo público. Geralmente, os requisitos gerais estão presentes em todo o diploma que trata do regime jurídico dos servidores de uma entidade federativa, sendo os principais deles: a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental; entre outros.

Tanto a Constituição Federal quanto a Estadual fazem referência que lei específica disporá sobre o assunto, para a Polícia Militar do Paraná trata-se da Lei nº 1.943/54 - Código da PMPR ou Estatuto dos Militares Estaduais que dispõe expressamente os requisitos e condições de ingresso na carreira de Militar Estadual conforme pode ser visto:

Art. 19 - Os diferentes postos da hierarquia na Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20º - O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) - como oficial não combatente;
- b) - como soldado; e
- c) - como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C.).

Art. 21º - São condições para o ingresso:

[...]

II - como soldado:

- a) - ser brasileiro nato;
- b) - ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;
- c) - ser alfabetizado;
- d) - ter comprovada moralidade;
- e) - ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação;
- f) - ter no máximo 30 anos de idade.

Questão importante se refere quando alguns editais de concurso exigem outros requisitos, que por ora, devem ser analisados sob a ótica da legalidade, já que qualquer ato que reduz a extensão de alcance do acesso ao serviço público dever ser combatido e anulado. Pode-se exemplificar, com a exigência, sem previsão legal, única e somente editalícia, de carteira nacional de habilitação (CNH) para o candidato participar de curso de formação e posterior posse em alguns cargos públicos, a exigência de experiência profissional, somente contida em edital, bem como a exigência de exame psicotécnico, entre outros, como se depreende dos

julgamentos abaixo elencados:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. NECESSIDADE DE LEI. PRECEDENTES.

1. É irrelevante para o desate da questão o objeto da investidura, quando em debate a violação direta do art. 37, I, da Constituição Federal. 2. A exigência de experiência profissional prevista apenas em edital importa em ofensa constitucional. Precedentes. 3. A investidura em cargo ou emprego das empresas públicas e sociedades de economia mista, regidas pela CLT, nos termos do art. 173, § 1º, da Constituição Federal, submete-se à regra constitucional do art. 37, II. 4. Agravo regimental improvido. (STF, RE 558833 AgR/CE, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-06 PP-01660)

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXAME PSICOTÉCNICO. NECESSIDADE DE LEI. PRECEDENTES. 1. É irrelevante para o desate da questão o objeto da investidura, quando em debate a violação direta do art. 37, I, da Constituição Federal. 2. A exigência de exame psicotécnico prevista apenas em edital importa em ofensa constitucional. Precedentes. 3. A CLT carece dos critérios objetivos para ser tida como lei formal a regular exame psicotécnico. Precedentes. 4. Agravo regimental improvido. (STF, RE 559069 AgR/DF, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe-108 DIVULG 10-06-2009 PUBLIC 12-06-2009 EMENT VOL-02364-03 PP-00532)

Por fim, percebe-se que enquanto para a grande maioria de servidores Federais, Estaduais e Municipais um dos principais requisitos é a idade mínima de dezoito anos, geralmente não se limitando à máxima, e quando diz que é acessível a todos os brasileiros, para os Militares Federais e Estaduais, os requisitos são mais rigorosos em virtude das funções que irão desempenhar, ficando bem tipificado quando se assevera que lei disporá sobre os requisitos de ingresso nestas instituições.

5 EDITAL

Edital é um instrumento de divulgação oficial de atos administrativos, sendo utilizado para tornar público, dentre outros, processos seletivos ou concursos públicos.

Diógenes Gasparini (2007, p. 65) define edital de concurso como:

[...] instrumento através do qual a Administração Pública interessada na admissão ou contratação de pessoal noticia a abertura de concurso público de ingresso no serviço público, fixa as condições de sua realização e de participação dos candidatos ao preenchimento dos cargos, funções ou empregos públicos postos em disputa.

Os concursos públicos iniciam-se com o lançamento dos editais - instrumento convocatório específico -, cuja finalidade é regular todo o processo administrativo que rege a realização do certame.

Esse instrumento contém as informações oficiais a respeito do concurso, como identificação da entidade responsável, a banca examinadora, vagas e cargos oferecidos, escolaridade mínima, período e locais de inscrição, tipos e datas das provas, critérios de avaliação, salário, homologação etc., sendo divulgado em diário oficial do Estado (DIOE) para compor-se de validade, seguindo o princípio da publicidade.

A jurisprudência já firmou o preceito que o edital é a lei do concurso, tendo o condão de vincular a Administração Pública e os candidatos às regras nele dispostas. Devendo, para tanto, observar os mandamentos constitucionais sob pena de ser declarado nulo. Assim, serve de garantia para que a Administração respeite o que nele estiver previamente estipulado e permita que os candidatos tenham ciência de como se dará o andamento e conclusão do concurso.

Para resumir e expor o preceito traz-se a lume o seguinte pronunciamento:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. EDITAL N. 45/2001-ANP/DRS-DPF. CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL. CANDIDATO ELIMINADO. ALTERAÇÃO DE NOTA MÍNIMA PARA APROVAÇÃO. INSTRUÇÃO NORMATIVA SUPERVENIENTE. ILEGALIDADE. 1. Candidatos e Administração estão vinculados ao Edital, lei do concurso. Estabelecido por ele que o Curso de Formação Profissional será regulado pelas normas da Academia Nacional de Polícia em vigor, viola o princípio da legalidade a aplicação de regramento superveniente, que eleva de 5,0 (cinco) para 6,0 (seis) a nota mínima para aprovação em disciplina nele ministrada, caso da Instrução Normativa n. 002/2002-GAB/ANP-DPF. 2. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, desprovidas. Sentença concessiva da segurança confirmada (TRF1, Ap 0035078-07.2002.4.01.3400 / DF, Rel. Des. Federal DANIEL

PAES RIBEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/11/2008, e-DJF1 p. 155
PUBL. 19/01/2009)

No entanto, não se pode esquecer que edital é lei do concurso, porém não é lei para o cargo. Este é criado e possui seus requisitos de acesso, plano de carreira, entre outros, normatizados em lei e não em ato administrativo, como em um edital. Assim, vedada está a criação de requisitos para ingresso no cargo público por via deste diploma, segundo a doutrina e a jurisprudência pátria.

5.1 PREVISÃO DOS EXAMES DE SAÚDE

Os exames de saúde são constituídos pela etapa clínica, laboratorial e psicopatológica, esta última, um dos temas mais controvertidos do direito público, são os meios de avaliação utilizados nos mais diversos concursos, de diversas carreiras, mormente, nas que fazem parte da segurança pública e segurança nacional como: polícias, agentes penitenciários, guardas municipais e forças armadas.

É instituto legítimo de averiguação das condições físicas e psicológicas de um candidato que pretende exercer um cargo público. Nesse diapasão, o nobre doutrinador, José dos Santos Carvalho Filho (2009, p. 623), explica que:

O exame psicotécnico é aquele em que a Administração afere as condições psíquicas do candidato a provimento do cargo público. Trata-se de requisito legítimo, visto que as funções públicas devem ser exercidas por pessoas mentalmente sãs.

5.2 PRESSUPOSTOS DE VALIDADE DOS EXAMES

5.2.1 Noções Gerais

Todo ato praticado pela Administração Pública tem como parâmetro norteador a observância de princípios expressos na Constituição Federal.

Em uma singela acepção jurídica, princípio é o nascedouro, fonte da qual se irradia todo o conteúdo ideológico, a essência de um sistema.

Nesta linha de pensamento, Celso Ribeiro Bastos (2002, p. 40) exprime a definição de princípio:

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, ou melhor, dizendo, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhe o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. Característica importante dos princípios é fundamentarem um sem-número de situações, ao contrário do que acontece com a regra, que só disciplina aquilo por ela contemplado.

Princípios constitucionais são aqueles que conferem estrutura e unidade ao texto constitucional, exteriorizando as diretrizes fundamentais do Estado.

Por conseguinte, princípios constitucionais administrativos são os informadores de toda a atividade da Administração Pública. Estão insculpidos no texto constitucional de forma implícita e explícita.

Os principais princípios administrativos são justamente aqueles que o legislador constituinte elencou de forma expressa no artigo 37, caput, da Constituição Federal. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

Além dos expressamente referidos, existem os que de forma implícita regulam a atividade administrativa por possuírem “espírito” atuante no texto constitucional. Estão também relacionados em leis infraconstitucionais, como na lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Alude a lei os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Os princípios devem ser rigorosamente respeitados, posto que qualquer resistência contra os seus preceitos desestabiliza o sistema jurídico, promovendo uma nefasta sensação de insegurança jurídica. Celso Antônio Bandeira de Melo (2009, p. 53) ensina a respeito desta violação nas insígnias palavras:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

A jurisprudência, bem como a doutrina contemporânea, têm se inclinado, como já aqui afirmado, no entendimento de que para a validade do exame psicotécnico em concurso público, deverão estar presentes três pressupostos necessários que darão validade ao exame aplicado, quais sejam: previsão legal; divulgação dos critérios adotados; e possibilidade de recurso.

Um exemplo simples com relação a tal assertiva pode ser verificado com relação ao exame psicotécnico que para a PMPR em seus concursos, denomina-se psicopatológico (parte integrante dos exames de saúde) o qual inclusive é muito mais abrangente em seu conteúdo, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2005, p. 161), enumeram os seguintes pressupostos:

- Em suma, para que o exame psicotécnico seja exigido em concurso público é necessário o cumprimento dos seguintes pressupostos, cumulativamente:
- a) previsão em lei (não basta a simples exigência em edital do concurso);
 - b) estabelecimento de critérios objetivos de reconhecido caráter científico para a avaliação dos candidatos;
 - c) possibilidade de recurso. (grifamos).

Pelo pressuposto da previsão legal, tem-se materializado o princípio da legalidade, núcleo da atividade administrativa do Estado; pela divulgação dos critérios adotados, tem-se o respeito ao princípio da publicidade; e pela possibilidade de recurso, tem-se o respeito aos princípios da impessoalidade, isonomia, ampla defesa, contraditório, motivação etc.

Em suma, para que os exames de saúde e psicopatológico sejam considerados válidos deverão ser baseados em critérios com rigor científico, sendo necessários, ainda, que sejam objetivos, motivados, públicos e com ampla possibilidade de recurso pelo interessado.

5.2.2 Previsão Legal

Como forma de combater a arbitrariedade imposta pelo Estado, o artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, preceitua que, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” É princípio genérico que representa o Estado de Direito, em que este deve respeitar as próprias normas que editou, pois nele vigora com supremacia o império das leis (CARVALHO FILHO, 2009, p. 19).

As obrigações a serem impostas pelo Estado a um indivíduo só podem ser aplicadas quando forem criadas pelas espécies normativas, elaboradas segundo as regras do processo legislativo constitucional.

Hely Lopes Meirelles (2006, p. 87) conceitua o princípio da legalidade no âmbito administrativo:

A legalidade como princípio de administração (Cf. art. 37, caput), significa que o administrador está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos, mandamentos da lei e à exigências do bem comum, e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal.

Conforme aduz o nobre doutrinador, Celso Antônio Bandeira de Mello (2008, p. 100), o princípio da legalidade na esfera da Administração Pública é:

[...] princípio capital para configuração do regime jurídico-administrativo. Justifica-se, pois, que seja tratado – como o será – com alguma extensão e detença. [...], o da legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá a identidade própria. Por isso mesmo é o princípio basilar do regime jurídico-administrativo, já que o Direito Administrativo (pelo menos aquilo que como tal se concebe) nasce com o Estado de Direito: é uma consequência dele. É o fruto da submissão do estado à lei. É, em suma: a consagração da idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei.

O princípio da legalidade possui dois âmbitos de aplicação. Quando é voltado à atuação dos particulares, na seara privada, o sentido é de que aos particulares é lícito fazer tudo que a lei não proíba. “Quando busca regular a atuação administrativa do Estado, tem um enfoque mais restritivo, pois para a Administração Pública representa a garantia constitucional de que sua atuação será limitada aos ditames legais” (MEIRELLES, 2006, p. 88).

Essa diferença quanto à aplicação do princípio, no âmbito da Administração Pública, é tratada por Fernanda Marinela (2007, p. 35), em sua obra “Direito Administrativo”:

Entretanto para o direito público, a regra é diferente, tendo em vista o interesse da coletividade que representa, ou seja, a administração só pode fazer aquilo que a lei autoriza ou determina, estabelecendo-se um critério de subordinação com a mesma. Nesse caso, a atividade administrativa deve não apenas ser exercida sem contraste a lei, mas, inclusive, só pode ser exercida nos termos de autorização contida no sistema legal.

A Administração Pública, quando atuar realizando os atos administrativos necessários a persecução do fim coletivo, deverá enquadrar sua ação dentro dos princípios constitucionais e parâmetros legais, mormente, ao princípio da legalidade.

Em particular, no âmbito dos concursos públicos para ingresso na PMPR

como Soldado de 2ª Classe PM/BM, há que se observarem as previsões contidas em dispositivos legais existentes como é o caso da Lei Estadual nº 1.943/54 – Estatuto dos Militares Estaduais (Código da PMPR):

Art. 19 - Os diferentes postos da hierarquia na Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20º - O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) - como oficial não combatente;
- b) - como soldado; e
- c) - como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C.).

Art. 21º - São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

- aprovação em concurso;

II - como soldado:

- a) - ser brasileiro nato;
- b) - ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;
- c) - ser alfabetizado;
- d) - ter comprovada moralidade;
- e) - ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação;
- f) - ter no máximo 30 anos de idade. (grifamos)

E com relação aos exames de saúde e psicopatológicos aplicados nos concursos públicos para ingresso na PMPR, a Lei Estadual nº 13.666/02 – que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná, faz a previsão de testes psicológicos e reforça a exigência da inspeção médica em concursos para ingresso no serviço público estadual:

Art. 6º - A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

§ 1º - A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, prevendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, à critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

Nestes casos, é notório afirmar a segurança jurídica instalada em sede de concursos públicos para o provimento de vagas de Soldado policial-militar no Estado do Paraná. Segurança que já foi objeto inclusive de estudos por parte de outros estados da Federação no tocante à legalidade das exigências contidas em editais normativos de concursos da PMPR, como já foi comentado no início do presente trabalho.

6 OS EXAMES DE SAÚDE EXIGIDOS

6.1 EXAMES DE SAÚDE EXIGIDOS PARA INGRESSO NA PMPR

Antes mesmo da elaboração de minuta de edital de abertura de concurso público para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe PM/BM, o Centro de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Pessoal da PMPR, realiza reuniões multidisciplinares com a finalidade de estabelecer mudanças ou a manutenção de determinadas exigências quanto às fases do concurso público. A exemplo dos exames de saúde, que os Oficiais Médicos, Dentistas, Bioquímicos e Psicólogos da PMPR responsáveis pela aplicação, análise e emissão de resultados da fase que lhes compete, emitem pareceres técnicos e opiniões a respeito do assunto, os quais, lavrados em ata específica da reunião, passam a ser transferidos para a minuta de edital. Após feita a análise jurídica das exigências contidas no referido dispositivo regulamentador, fazem parte integrante do edital, e como regra geral, constam do seu teor os requisitos e orientações que passam a ser apresentados na continuidade do trabalho.

6.1.1 Exames clínicos incluindo os laboratoriais

O exame de sanidade física e mental, de caráter eliminatório, compreenderá avaliação médica e odontológica e avaliação psicopatológica. Esses exames têm por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que no exercício das atividades de policial militar ou de bombeiro militar possam expor o candidato ao agravamento dessas condições mórbidas ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando o candidato apto ao exercício pleno das funções da carreira de militar e atividades inerentes a ela. Está compreendida, nessa fase do Concurso, a verificação de condições físicas que não voltadas à morbidez sejam consideradas impeditivas à realização do

Exame de Capacidade Física, face ao intenso esforço físico a que serão submetidos os candidatos.

As avaliações clínicas e laboratoriais a seguir mencionadas são custeadas pelos candidatos:

Hemograma completo; Glicemia de jejum; Creatinina sérica;

Sorologia para lues (VDRL quantitativo);

Machado Guerreiro; Gama GT;

Parcial de urina;

Radiografia de tórax PA com laudo;

Eletrocardiograma de repouso com laudo;

Eletroencefalograma com laudo e exame;

Laudo de acuidade visual com e sem correção;

Laudo de avaliação oftalmológica conforme anexo "V";

Exame de audiometria com laudo;

Radiografia panorâmica odontológica com laudo;

Toxicológico clínico, o qual deverá ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato(a), por meio de coleta de material orgânico (cabelo), em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para: Anfetaminas [anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA, MDEA, MDA, metadona)]; Opiáceos (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides (maconha); Benzodiazepínicos (flurazepan, oxazepan etc.) e Cocaína (metabólitos);

Teste diagnóstico de gravidez. Sendo a gravidez constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, constituir-se-á em impeditivo, pois, encerradas as fases do Concurso, os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão incluídos na PMPR (como Soldado de 2.^a Classe) para a realização do Curso de Formação, no qual serão exigidos, em grande parte da respectiva carga horária, intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, ordem unida, tiro policial, defesa pessoal e estágios de policiamento nas diversas modalidades para candidatos a Soldado Policial-Militar e intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, natação, busca aquática, busca terrestre, combate a incêndios florestais, prevenção de incêndios, salvamento vertical, salvamento terrestre e ordem unida, o que também não coaduna com a condição de gravidez,

face aos riscos de morte para a candidata e para o embrião/feto.

Por ocasião da apresentação dos resultados dos exames laboratoriais, quando do exame clínico, e a critério da Junta de Inspeção, os candidatos deverão realizar os seguintes exames complementares, no prazo de sete dias úteis, também custeados pelos candidatos, para que seja realizada nova inspeção de saúde:

Eletrocardiograma de esforço e/ou ecocardiograma, para candidatos cujos laudos de eletrocardiograma de repouso suscitem dúvidas quanto à aptidão física para ingresso na Polícia Militar;

Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para candidatos portadores de desvios da coluna;

Eletroencefalograma - será considerado(a) apto(a) candidato(a) que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado(a) inapto(a) os(as) candidatos(as) que apresentarem resultados nos grupos III e IV;

Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para candidatos portadores de báscula de bacia; e

Ressonância magnética de joelhos, para candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho.

Serão julgados incapazes pelas Juntas de Inspeção de Saúde para ingresso na Polícia Militar os candidatos que:

- não preencherem os índices mínimos constantes de Edital e/ou incidirem nas condições incapacitantes, impeditivas ou excederem a proporcionalidade de peso e altura prevista neste Edital;
- apresentarem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com a atividade de policial militar ou de bombeiro militar;
- deixarem de apresentar algum exame relacionado no presente Edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- incidirem em condição clínica que, embora não conste do presente Edital, seja considerada incapacitante para a atividade de policial militar ou de bombeiro militar pela Junta de Inspeção de Saúde.

Serão considerados índices mínimos exigidos:

- acuidade visual - índice mínimo de 20/25 (Tabela SNELLEN), em cada olho, medido a 6 (seis) metros, sem correção.
- senso cromático - é admissível a discromatopsia de graus leve e médio,

e incapacitante a de grau acentuado, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado.

Na avaliação odontológica serão consideradas como condições mínimas:

- ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;
- ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;
- ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;
- ausência de dentes cariados ou com lesões periapicais;
- presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam estética e função, inclusive prótese total;
- ausência de lesões periodontais graves;
- a presença de raízes híginas que foram aproveitadas proteticamente serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos, desde que possuam a referida peça protética;

- as próteses utilizadas para substituírem os dentes naturais deverão apresentar adaptabilidades adequadas;

- ausência de distúrbios da fala.

Limites mínimos de motilidade:

a) Limites mínimos de motilidade da extremidade superior:

- Ombro - elevação para diante a 90°, abdução a 90°.
- Cotovelo - flexão a 100°, extensão a 150°.
- Punho - alcance total a 15°.
- Mão - supinação/pronação a 90°.
- Dedos - formação de pinça digital.

b) Limites mínimos de motilidade da extremidade inferior:

- Coxo-femural - flexão a 90°, extensão a 10°.
- Joelho - extensão total, flexão a 90°.
- Tornozelo - dorsiflexão a 10°, flexão plantar a 10°.

Índices cardiovasculares:

- Pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:
 - Sistólica - igual ou menos de que 140mmHg.
 - Diastólica - igual ou menos de que 90mmHg.
- Pulso arterial medido em repouso - igual ou menor que 100bat/min.

Índice audiométrico:

- Serão considerados aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ; 30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis, nas frequências de 3000 a 8000HZ, por vias aérea e óssea.

14.1.13 Condições incapacitantes: além das condições previstas nas “Normas Técnicas Sobre as Doenças que Motivam a Exclusão do Serviço Ativo do Exército – NTDMEEX – Portaria nº 113/DGP, de 07/12/2001, constituem condições incapacitantes a ingresso na Polícia Militar:

a) Cabeça e pescoço. Deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.

b) Ouvido e audição. Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano. Infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes dos Índices Mínimos exigidos.

c) Olhos e visão: Infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações tumorais, excetuando-se cisto benigno palpebral; opacificações de córnea; degenerações; seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas; doenças neurológicas ou musculares; discromatopsia; bem como qualquer cirurgia refrativa num período de até 06 (seis) meses entre o procedimento cirúrgico e a inspeção de saúde.

d) Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago. Anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; sequelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.

e) Dentes. Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, conforme “Índices Mínimos”.

f) Pele e tecido celular subcutâneo. Infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou cronificadas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicas cronificadas ou infectadas; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que comprometam a estética; nevus vasculares e externos ou antiestéticos. Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de *piercing* para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) Pulmões e paredes torácicas. Deformidades relevantes congênitas ou adquiridas de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (considerando-se a história); fistula e fibrose pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e despleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema cardiovascular. Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas.

i) Abdome e trato digestivo. Anormalidades da parede (ex: hérnias, fistulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex: doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.

j) Aparelho gênito-urinário. Anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A

hipospádia não é incapacitante.

k) Aparelho osteo-mio-articular. Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, será buscado o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

l) Doenças metabólicas e endócrinas. “Diabetes mellitus”; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tiróide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos. Alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.

n) Doenças neuropsiquiátricas. Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofas e fraquezas musculares. Será avaliada cuidadosamente a história para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranóides e transtornos de personalidade.

o) Tumores e neoplasias. Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

p) Doenças sexualmente transmissíveis. Qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas. Neoplasias; coforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto

insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidades congênitas; mastites específicas, tumorações da mama.

Proporcionalidade de peso e altura. A avaliação da proporcionalidade de peso e altura será realizada pelo IMC (Índice de Massa Corpórea), cujo cálculo será apurado utilizando-se a fórmula do IMC (abaixo), considerando-se aptos aqueles que estiverem dentro dos seguintes limites:

1) Sexo masculino: IMC entre 18 e 30.

2) Sexo feminino: IMC entre 18 e 28.

Será incapacitado todo candidato que tiver realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde.

Fórmula para cálculo do IMC:

$$\text{IMC} = \text{Peso Corporal (em Kg)} / (\text{ALTURA})^2 \text{ (em metros)} = x$$

6.1.2 Exame psicopatológico com o perfil profissiográfico

O Exame Psicopatológico, de caráter eliminatório, tem como objetivo indicar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, e contra-indicar aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo.

O método a ser empregado é o seguinte:

- Mensuração. Serão realizadas avaliações das características predominantes de personalidade, de habilidades específicas e de evidências de patologias, por meio da aplicação de instrumentos psicométricos validados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que resultem na obtenção de dados objetivos e fidedignos.

- Procedimento. O Exame Psicopatológico será realizado por meio de provas coletivas, ou seja, aplicação simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente, de testes psicométricos objetivos e projetivos.

Serão contra-indicados os candidatos que apresentarem características incompatíveis com o perfil psicológico estabelecido pela PMPR para o exercício da função e/ou a presença de qualquer um dos tipos de transtornos mentais e comportamentais, conforme classificação do Código Internacional de Doenças (CID-10), detectada por meio dos testes utilizados, ou por entrevista complementar.

Tabela do Perfil Profissiográfico com seus parâmetros e descrições:

Característica	Parâmetro	Descrição
Controle emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Raciocínio espacial	Adequado	Capacidade de visualização, isto é, de formar representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.
Atenção Concentrada	Elevada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas consequências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.

Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

7 RESULTADOS OBTIDOS

Após as consultas bibliográficas, documentais e das entrevistas realizadas as quais foram de grande valor para o desenvolvimento do trabalho, chega-se a alguns questionamentos de ordem legal, administrativa e/ou técnica sendo pontuados os problemas e soluções, minimizando os efeitos residuais existentes nos concursos públicos para ingresso como soldado policial-militar que ocorrem atualmente.

7.1 DA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O ATUAL SISTEMA E A POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS

Dentro do universo de entrevistados, antes da realização das perguntas pertinentes ao caso em estudo, foi detalhadamente explicado para que finalidade a entrevista iria servir no processo de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho, bem como a importância do tema em estudo, sendo dimensionados os efeitos que ocorrem hodiernamente e que podem ser minimizados ou extintos com as mudanças pretendidas.

Todos os entrevistados demonstraram interesse na matéria e de forma igualitária, foram unânimes em concordar com os problemas hoje existentes e enumerados pelo autor, igualmente, apoiaram a iniciativa de estudar o tema e propuseram-se adotar a idéia e levá-lo a diante em ocasião propícia.

Quanto aos quesitos formulados, alguns responderam categoricamente conhecer o sistema de recrutamento e seleção da PMPR e outros superficialmente; quanto à participação do setor que administra, alguns responderam que participam ativamente em algum momento dos concursos públicos e outros responderam que participam de todo o concurso, mas de forma superficial. Quanto à pergunta se tinham conhecimento de algum estudo ocorrido no sentido de mudanças dos exames de saúde para a última fase, apenas um dos entrevistados informou ter ouvido comentários sobre o caso, porém, perguntado se o referido estudo foi realizado, qual decisão tomada e onde poderia se encontrar tal documento foi respondido que não existe estudo técnico-científico, que só ocorreram comentários

sobre o fato, finalmente, perguntada a opinião dos entrevistados sobre a possibilidade de mudança dos exames de saúde para a última fase do concurso, todos foram unânimes em afirmar que a proposta é extremamente interessante e que vem ao encontro dos anseios da Instituição, apenas dois dos entrevistados disseram que seria melhor um aprofundamento jurídico sobre o tema, e discussões em grupos multidisciplinares aos moldes dos já existentes quando da elaboração de editais de abertura dos concursos públicos para ingresso na PMPR.

7.2 TEMPO ENTRE EXAME DE SAÚDE E O INGRESSO

Uma das preocupações latentes é com relação ao tempo entre os exames de saúde até o ingresso com o consequente ato de nomeação, vê-se que o lapso temporal decorrido gira em torno de três a quatro meses em média, fator de risco para a PMPR, pois, durante este interregno, várias são as possibilidades de candidatos sofrerem algum tipo de acidente ou contração de doenças que em determinado fator de gravidade, seriam consideradas impeditivas para o ingresso na Polícia Militar.

Duas situações podem ocorrer neste sentido: aquele que sofreu acidente, mas considerado apto anteriormente nos exames de saúde, é incluído e encaminhado para um dos cursos de formação de soldados, porém, não poderá participar das instruções e aulas práticas tais como: técnicas e táticas para o confronto armado, educação física militar, técnicas de abordagens dentre outras, ocasionando prejuízos tanto para o próprio aluno quanto para a administração; e a segunda situação é mais grave, aqueles que contraíram doenças e ingressam, sendo que algumas doenças devido ao agravamento, poderão impossibilitar o policial-militar de desempenhar futuramente suas atividades, podendo inclusive ser transferido para a reforma (aposentado por invalidez) proporcionalmente, mas que, com ação judicial em sede de mandado de segurança, terá revisão em seus proventos que garantirão reforma por invalidez com todos os benefícios integrais, pois, os próprios exames de saúde que realizados antes do ingresso, convalidaram a condição física daquele candidato, servindo inclusive de prova de que quando ingressou estava em perfeitas condições de saúde.

7.3 CANDIDATOS QUE REALIZARAM OS EXAMES E AGUARDAM NOVAS VAGAS

A duplicidade na realização dos exames médicos e por consequência os exames laboratoriais é comum, visto que nos últimos concursos públicos realizados, ocorreram autorizações de novas vagas após o preenchimento daquelas para o qual o concurso se destinou, e todas, num lapso temporal superior aos seis meses previstos nos editais normativos dos concursos públicos para a validade dos exames de saúde.

Para exemplificar, traz-se a lume extrato referente ao assunto e que consta do edital do último concurso público realizado e que ainda se encontra em vigência:

EDITAL Nº 061 – CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE SOLDADO POLICIAL MILITAR E BOMBEIRO MILITAR

[...]

1.10 O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. No caso de restarem candidatos suplentes, isto é, classificados para além do número das vagas, estes poderão ser chamados, havendo interesse institucional, dentro do prazo de validade do concurso; se decorridos 6 (seis) meses do encerramento do Concurso os suplentes convocados serão submetidos novamente ao Exame de Saúde, Capacidade Física e Pesquisa Social. (grifamos)

7.4 GASTOS DO ERÁRIO PÚBLICO COM A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Nos últimos concursos públicos para ingresso como Soldado de 2ª Classe nos anos de 2005 e 2009, em virtude do número expressivo de candidatos aprovados nas etapas anteriores aos exames médicos, houve necessidade de a Polícia Militar por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), contratar médicos para a execução da etapa clínica dos exames de saúde, onerando os cofres públicos, além de problemas com a falta de comprometimento de alguns médicos que inclusive faltaram em alguns dias dos quais foram marcados os exames. No ano de 2010, para a consecução da referida fase do concurso público, o Serviço Médico Generalista para exames de sanidade física foi orçado inicialmente em R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais) com valor proposto de R\$

18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) por exame. No pregão presencial, a empresa APAS - Associação dos Profissionais da Área da Saúde, que venceu o processo, diante da autorização no valor máximo de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), obteve adjudicação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo que cada exame custou R\$ 13,28 (treze reais e vinte e oito centavos)¹.

Pode não parecer muito, mas se tais recursos fossem canalizados para a manutenção das atividades de recrutamento, poderiam ser adquiridos, por exemplo, equipamentos de informática e outros necessários para execução das atividades de recrutamento e seleção que tanto carecem de meios materiais.

7.5 GASTOS ÀS ESPENSAS DOS CANDIDATOS COM EXAMES LABORATORIAIS

Outro detalhe importantíssimo a ser levado em conta é o investimento financeiro que os próprios candidatos têm, pois apenas um dos exames laboratoriais exigidos que é o toxicológico feito pela coleta de cabelo, custa em torno de R\$ 700,00 (setecentos reais) reais², dependendo do laboratório que o realizou. Para este exame, a maioria dos laboratórios no Paraná faz a coleta, porém, no Brasil, existem apenas três empresas que os processam, sendo a Psychemedics (São Paulo e Rio de Janeiro); Laboratórios Fleury (São Paulo) e a Ômega (Distrito Federal) e todas elas mandam o material coletado para análise nos Estados Unidos da América, onde são processados e mandados de volta com os respectivos laudos, importando em aproximadamente trinta dias entre a coleta de material e o envio do resultado.

7.6 EXAMES PSICOPATOLÓGICOS

De acordo com entrevista concedida por um dos Oficiais responsáveis pelas bancas examinadoras dos testes psicopatológicos, um dos maiores problemas

¹ Centro de Recrutamento e Seleção e Diretoria de Apoio Logístico da PMPR.

² Valor médio, os preços foram fornecidos pelas três empresas que realizam o exame.

enfrentados nos concursos públicos para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe, é o fato de não existir psicólogos na Polícia Militar em número suficiente para a execução desta etapa, em virtude do número excessivo de candidatos.

Outra preocupação que ficou patenteada é o fato de que para se ter um exame psicopatológico no nível que se exige para futuros policiais militares, deveriam ser aplicados seis tipos de testes diferentes por candidato, inclusive com a avaliação para o porte de arma de fogo, porém, em virtude do número expressivo de candidatos que realizam tal etapa da fase dos exames de saúde, são aplicados apenas três testes, tornando impossível a aferição de todos os perfis necessários.

Ainda, o valor de tais testes segundo o entrevistado, está na faixa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por candidato, contando-se contratação de profissional da área psicológica, aquisição dos testes, sua aplicação, correção e emissão de resultado, gerando custos elevados, inclusive nas questões de logística e de material de apoio.

Quanto à aplicação de testes, sua correção e a emissão de resultados, até porque ações judiciais ocorreram no passado, existem normas que devem ser respeitadas e que estão expressamente definidas no artigo 13, inciso 1, letras "a" e "b" da Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão de psicólogo a saber:

Art. 13º Ao portador do diploma de Psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

1. § 1º - Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

a. diagnóstico psicológico;

b. orientação e seleção profissional; (grifamos)

E ainda, o *caput* do artigo 6º, da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, que disciplina a matéria no Estado do Paraná, como pode ser visto: "A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico."

Finalizando, o Decreto Estadual nº 2.508/04 que regulamenta os concursos públicos no Estado do Paraná:

Art. 50. [...]

§ 1º O exame psicológico será realizado pelo órgão de perícia oficial do Estado e, enquanto etapa seletiva, terá caráter eliminatório.

[...]

Art. 51. Para alcançar os objetivos referidos no artigo anterior, o profissional responsável deverá: [...]

7.7 RECURSOS ADMINISTRATIVOS E MANDADOS DE SEGURANÇA DE CANDIDATOS QUE NÃO INGRESSARÃO

O desgaste institucional com candidatos que ingressam com recursos jurídicos em sede de mandado de segurança em desfavor do concurso público e contra o resultado dos exames de saúde e que obtém liminar favorável para dar continuidade nas demais fases do certame, mas que sequer terão a possibilidade mínima de ingressar na PMPR pelo fator da classificação por ordem crescente e o número estante de vagas ofertadas é preocupante, pois há um gasto em material, meios e pessoal para a aplicação das fases do concurso na maioria das vezes e para que se cumpra imediatamente a determinação judicial, ter que compor a banca em dias diferentes daqueles marcados para a totalidade dos candidatos, ficando a banca inteiramente à disposição do concurso e não raras vezes depois de findado o processo seletivo, gerando transtornos administrativos e de ordem técnica.

7.8 REALIZAÇÃO DE DOIS CONCURSOS DA PMPR AO MESMO TEMPO

Anualmente ocorre na Polícia Militar do Paraná, concurso público para o ingresso no primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais e os concursos públicos para o ingresso como Soldado de 2ª Classe com prazo de validade de um a dois anos, podendo ser prorrogado por igual período conforme previsão editalícia, vem de encontro um concurso ao outro, gerando recursos administrativos inclusive ações judiciais quanto aos exames de saúde em virtude que candidatos inscritos em ambos, alegam já terem realizado os exames laboratoriais e médicos de um dos concursos e que poderiam ser aproveitados em outro.

O problema aqui atacado é que são concursos públicos distintos com editais e formas distintas inclusive com perfil profissiográfico diferente, porém, pelos princípios que cercam os mandados de segurança: *fumus boni iuris* e *periculum in mora* (fumaça do bom direito e o perigo na demora), geralmente são concedidas as liminares principalmente pelo perigo na demora, pois alguns juízes acreditam que poderá ocorrer dano irreparável ao candidato que não atender as convocações dos

demais editais, e que seriam desclassificados por ausência, fator este que leva a maioria dos juízes a conceder a liminar para dar continuidade às demais fases dos certames. Quando do julgamento do mérito, os Juízes da Vara Fazendária recorrem à legislação específica para interromper a tutela anteriormente concedida, ocorre que pela morosidade do julgamento, já decorreram em média de três a seis anos, sendo então determinada a exclusão da PMPR daqueles que ingressaram condicionalmente por força de liminar concedida.

Após o candidato ingressar condicionalmente na Corporação e ser matriculado em qualquer dos cursos de formação ofertados pela PMPR (Curso de Formação de Soldados ou Curso de Formação de Oficiais), receberá instrução e frequentará aulas de técnicas e táticas de confronto armado, técnicas policiais militares dentre outras, e perdendo o mandado de segurança no mérito, são excluídos por determinação da justiça e voltam ao meio civil.

7.9 O NÚMERO EXPRESSIVO DE CANDIDATOS NOS CONCURSOS DA PMPR

No concurso público ocorrido no ano de 2005 para 1.000 (mil) vagas de Soldado Policial Militar, houve 20.848 (vinte mil, oitocentos e quarenta e oito) candidatos inscritos, dos quais, 2.784 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro) realizaram os exames de saúde; já no último concurso público levado a efeito no final do ano de 2009, início de 2010, inscreveram-se 68.310 (sessenta e oito mil, trezentos e dez) candidatos para 1.000 (mil) vagas de Soldado Policial Militar e 400 (quatrocentas) vagas de Soldado Bombeiro Militar, em que após as fases iniciais do concurso, 2.291 (dois mil, duzentos e noventa e um) foram submetidos aos exames de saúde para o preenchimento daquelas vagas ofertadas³.

Observa-se o excessivo número de candidatos que são submetidos à fase em estudo, sem que na realidade todos sejam em um primeiro momento (autorização inicial de vagas) aproveitados para o ingresso propriamente dito.

Para melhor ilustrar o exemplo do último concurso público que ainda

³ Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR

encontra-se em vigência, a Tabela 01, mostra os números de inscrições realizadas, ficando mais fácil o entendimento do universo de candidatos concorrentes a mil vagas para Soldado PM e quatrocentas vagas para Soldado BM.

RESUMO DAS INSCRIÇÕES POR CIDADE DE PROVA		
LOCAL DE PROVA	PRÉ-INSCRITOS	INSCRITOS
CASCAVEL	14457	10152
CURITIBA	43991	30968
FOZ DO IGUAÇU	6431	4453
LONDRINA	17944	12584
MARINGÁ	14432	10153
TOTAIS	97255	68310

TABELA 01 – RESUMO DAS INSCRIÇÕES POR CIDADE DAS PROVAS OBJETIVAS DO CONCURSO 2009/2010 PARA O PREENCHIMENTO DE 1400 VAGAS PM/BM.

Fonte: CRS/PMPR

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

7.9.1 Quantidade de candidatos classificados na prova objetiva e ingressos realizados

O concurso que se iniciou em 2009 e que se encontra em vigor, objetivou num primeiro instante, o preenchimento de mil vagas para Sd PM e quatrocentas vagas para Sd BM; a prova escrita de conhecimentos gerais foi dividida em duas etapas: prova objetiva e prova discursiva. Para dar continuidade no concurso, foram corrigidas as provas discursivas daqueles candidatos que obtiveram pelo menos 50% de acerto na Prova Objetiva, correspondendo a, no mínimo, 24 pontos, dentro do limite de quatro vezes o número de vagas, seguindo a ordem de classificação para cada função. Porém, como ocorreu número expressivo de candidatos, a linha de corte subiu para 30 pontos, restando classificados conforme a Tabela 02.

Policiais Militares	4978
Bombeiros Militares	1667
Total	6645

TABELA 02 – CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO CONCURSO PARA SOLDADO PM/BM 2009/2010

Fonte: CRS/PMPR

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Portanto, verifica-se que para um universo de mil vagas, muitos candidatos são submetidos às demais fases do certame. Para aquelas fases que não importam em gastos públicos e/ou do próprio candidato, não há que se pensar em prejuízos, mas, nos exames de saúde é que estes ocorrem, visto que os próprios tipos de testagem e laudos, dificultam na análise, interpretação e conclusão, importando inclusive em maior tempo para a emissão dos resultados.

Após a primeira convocação e logo após o ingresso para o qual o concurso se destinou, ocorreu nova autorização governamental para o preenchimento de mais vagas. Felizmente a autorização não tardou, pois se assim ocorresse, ocasionariam prejuízos para o estado e candidatos, pois como já asseverado e inclusive corroborado por previsão editalícia, se decorridos seis meses da data da realização dos exames de saúde, novos exames deveriam ser feitos.

Este é um dos problemas dentre os vários já elencados e demonstrados no transcorrer do presente trabalho. Para se ter uma idéia do volume de trabalho enfrentado pela área de saúde física e mental que compõe as comissões a elas destinadas, serão de forma infográfica demonstrados os pregressos dos ingressos realizados, facilitando a compreensão do expressivo volume de ingressos realizados.

Pode-se observar na Tabela 03 a evolução dos ingressos realizados, já na Tabela 04 e Gráfico 01, a quantidade de candidatos PM convocados e incluídos.

CANDIDATOS CONVOCADOS PARA INGRESSO	
Policiais Militares	1723
Bombeiros Militares	430
Total	2153

TABELA 03 – TOTAL DE INGRESSOS REALIZADOS DE SOLDADOS 2ª CLASSE PM

Fonte: CRS/PMPR

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

TOTAL DE INGRESSOS Soldados Policiais Militares	1600	92,86% dos convocados para ingresso
AUSENTE Soldados Policiais Militares	033	1,92% dos convocados para ingresso
DESCCLASSIFICADO Soldados Policiais Militares	048	2,79% dos convocados para ingresso
DESISTENTE Soldados Policiais Militares	056	3,25% dos convocados para ingresso

TABELA 04 – TOTAL DE INGRESSOS REALIZADOS DE SOLDADOS 2ª CLASSE PM

Fonte: CRS/PMPR

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

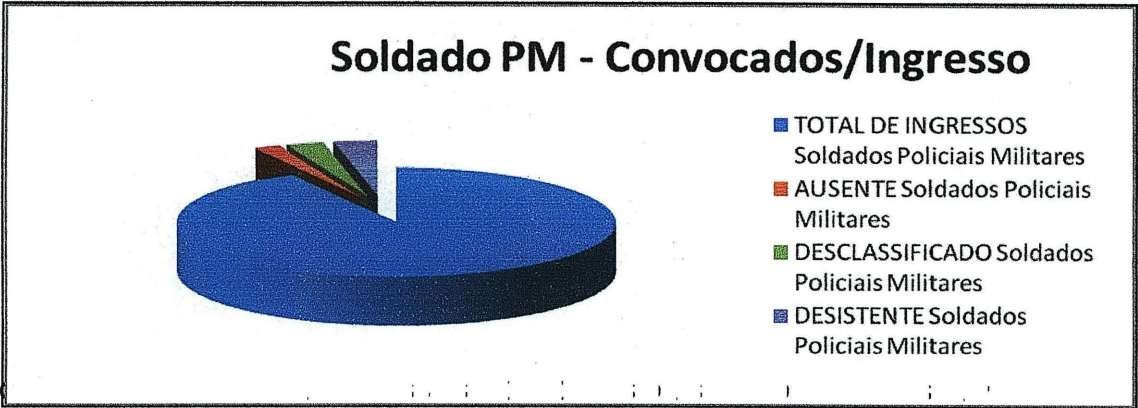


GRÁFICO 01 – TOTAL DE INGRESSOS REALIZADOS DE SOLDADOS 2ª CLASSE PM
Fonte: CRS/PMPR
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Na Tabela 05 e Gráfico 02, a evolução das convocações e ingressos de candidatos às vagas BM.

TOTAL DE INGRESSOS Soldados Bombeiros Militares	400	93,02% dos convocados para ingresso
AUSENTE Soldados Bombeiros Militares	006	1,40% dos convocados para ingresso
DESCLASSIFICADO Soldados Bombeiros Militares	009	2,09% dos convocados para ingresso
DESISTENTE Soldados Bombeiros Militares	011	2,56% dos convocados para ingresso

TABELA 05 – TOTAL DE INGRESSOS REALIZADOS DE SOLDADOS 2ª CLASSE BM
Fonte: CRS/PMPR
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

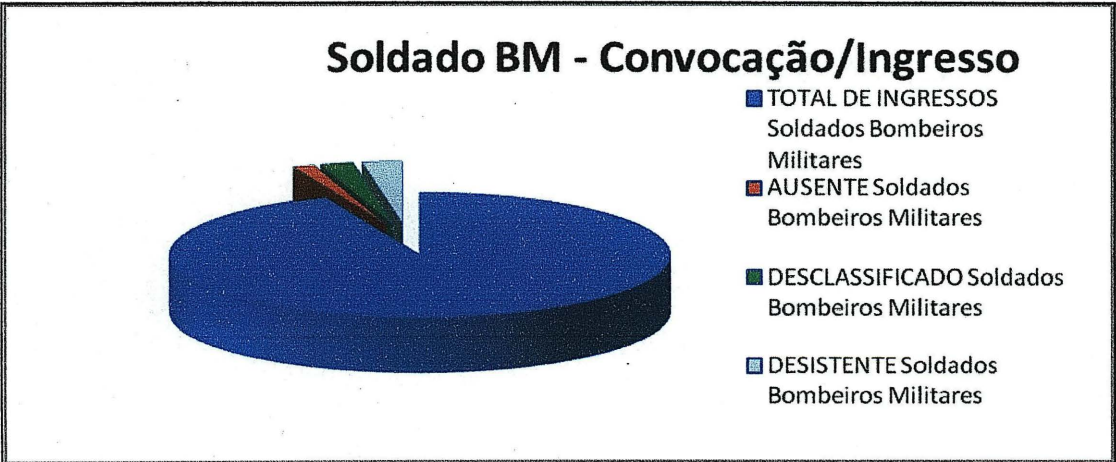


GRÁFICO 02 – TOTAL DE INGRESSOS REALIZADOS DE SOLDADOS 2ª CLASSE BM
Fonte: CRS/PMPR
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

7.9.2 Previsão de candidatos para novos concursos públicos

Se for levado em consideração que no penúltimo concurso público para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe, no ano de 2005 ocorreram 20.848 (vinte mil, oitocentos e quarenta e oito) inscrições para 1.000 (mil) vagas e que no ano de 2009 no concurso em vigência ocorreram 68.310 (sessenta e oito mil, trezentos e dez) inscrições para 1.400 (mil e quatrocentas) vagas, pode ser observado que a cada novo concurso, o universo de candidatos inscritos aumenta e a tendência natural de um maior número de vagas servirão de atrativo para que mais candidatos procurem os concursos públicos ofertados pela PMPR.

Um dado curioso e que chamou a atenção nos dois últimos concursos foi a procura significativa de policiais militares de outros estados da federação pelo ingresso na Polícia Militar do Paraná, isto vem servir de atrativo de mais jovens pela carreira de policial militar no estado do Paraná.

Para melhor dimensionar visualmente a evolução do número de inscrições realizadas nos dois últimos concursos o Gráfico 03 exemplifica o texto acima.

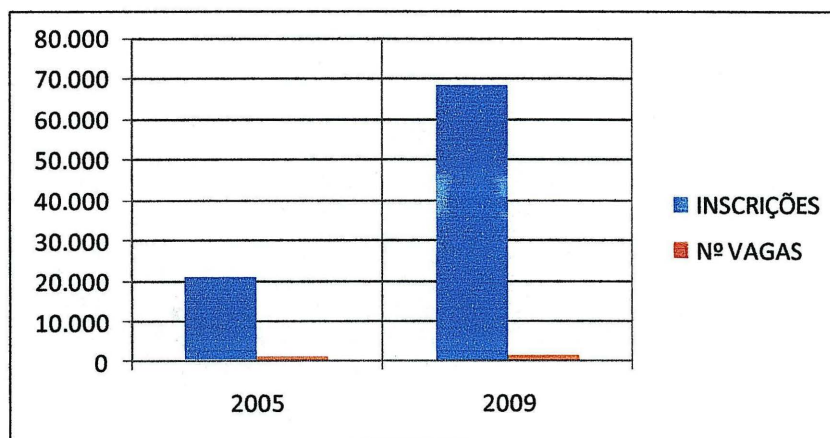


GRÁFICO 03 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS NOS DOIS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

8 PROPOSTAS DE MUDANÇA

Como visto anteriormente, a estrutura que se deve criar para a realização dos exames de saúde, mais especificamente os exames clínicos e laboratoriais, demanda uma ação conjunta de esforços tanto da Junta Médica da Polícia Militar do Paraná (setor de perícias oficiais da corporação), quanto do próprio Estado, no tocante à contratação de médicos, que nos últimos concursos foram em torno de dez profissionais para trabalharem durante duas semanas, com expediente de segunda-feira a sexta-feira.

Com os exames psicopatológicos não é diferente, pois além do número expressivo de profissionais que devem ser contratados, há gastos vultosos com a aquisição do material e logística para a aplicação, correção e emissão dos resultados.

Para os candidatos, fica a responsabilidade em providenciar todos os exames laboratoriais dentre os quais o toxicológico, que além de ter um custo de certa forma elevado, demora para ser processado e seu resultado emitido. A pergunta que poderia ser feita neste caso seria por que então não realizar um exame toxicológico mais simples? A resposta é que este exame tem uma janela de detecção maior, ou seja, quando era realizado pela coleta de urina, o exame detectava apenas drogas que foram usadas em uma semana, já, pela queratina do cabelo ou unha, a janela de detecção é maior, chegando a 06 (seis) meses da data de coleta, além de ser mais seguro e preciso.

Para que se concretize a mudança dos exames de saúde para ingresso na PMPR como Soldado 2ª Classe, basta ato administrativo da própria Corporação no sentido de regulamentar a mudança, pois não há impedimento legal ou de ordem técnica que inviabilize o pretendido.

A viabilização das mudanças dos exames de saúde em concursos públicos, para ingresso como Soldado de 2º Classe Policial Militar ou Bombeiro Militar, podem ser mudados e pelo princípio da eficiência e razoabilidade devem, permitindo desta maneira, uma racionalização nos meios empregados, bem como a questão da economicidade nos seus recursos materiais, humanos e financeiros.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho, verificou-se que foram estudadas e analisadas diversas questões jurídicas e técnicas com relação à aplicabilidade dos exames de saúde para a última fase nos concursos públicos para ingresso na PMPR.

Buscou-se por meio das pesquisas documentais e bibliográficas e também de entrevistas semi-estruturadas, obter informações, orientações e conforto jurídico no sentido de se chegar ao final com a certeza da possibilidade de implantação das mudanças pretendidas no que diz respeito à fase dos Exames de Saúde.

Para dar efetividade à mudança proposta, faz-se necessário a adoção de medidas administrativas no sentido de regulamentar por ato do Comando-Geral no sentido de que seja determinada através de publicação em Boletim do Comando Geral (BCG), para que imediatamente o Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR (CRS) inicie o processo de mudanças quando da elaboração de minutas de editais para os próximos concursos públicos para ingresso na PMPR como Soldado de 2ª Classe.

Quando o edital de um concurso estabelece a forma de como se dará o ingresso, apenas reflete o mandamento legal e constitucional, e não deveria deixar de ser, pois a atividade estatal está estritamente ligada à observância da legalidade, portanto, não ferindo em nenhum momento o princípio da legalidade, mas apenas mudança da ordem das fases de forma administrativa; também será respeitado o princípio da razoabilidade e eficiência; sendo, portanto, plenamente defensável qualquer medida administrativa (recursos) que porventura venha a ocorrer.

Neste íterim, sempre haverá recursos administrativos e jurídicos em qualquer fase do concurso e por qualquer motivo, o importante é a preservação do aspecto legal, que já existe, e os meios necessários para rebater qualquer ação, principalmente jurídica. Para a administração, a segurança é estar em consonância com as leis, normas e regras e principalmente, ter argumentos técnicos e de ordem legais suficientes para atacar qualquer questionamento.

Os exames de saúde, como estudados, para atender a finalidade pública sem causar insegurança jurídica ou violações arbitrárias, deverão observar os pressupostos reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência.

Esses pressupostos nada mais são que o cumprimento da observância dos princípios constitucionalmente reconhecidos, que dão sustentáculo à atividade administrativa do Estado, sendo assim, qualquer desvirtuamento destes pressupostos, a ideologia principiológica do Estado de Direito é ferida.

Pelo pressuposto da previsão legal, os exames de saúde têm de estar previstos em lei formalmente elaborada pelo processo legislativo ordinário; lei em sentido estrito.

Em síntese, o exame deverá estar amparado por lei, não podendo o edital substituí-la, somente materializá-la, não importando em que momento do concurso público.

A possibilidade da mudança dos exames de saúde para última fase do concurso público é um tema de grande pertinência tratado no trabalho, pois quando um candidato realiza mais de uma vez o exame para o mesmo cargo, acertadamente, a jurisprudência utiliza-se da razoabilidade para resolver o litígio, pois o concurso, por mais que demore a convocação do candidato para o ingresso, é o mesmo, e o cargo também é o mesmo. Entretanto, quando os cargos são diferentes, realmente não há como se aproveitar os mesmos exames anteriormente realizados, visto ferir a legalidade do concurso e a isonomia com os demais candidatos. Sendo cargos diferentes, as características do perfil profissiográfico constante dos exames de saúde requisitadas também são distintas, porém há julgados que autorizam a substituição mesmo em cargos diferentes, sendo plausível tal medida, quando os cargos possuem atribuições muito semelhantes.

Ao final do concurso público e com o ingresso imediato e designação das Unidades Escola (EU) e/ou Núcleos de Ensino (NE) da PMPR incluindo-se a EsFAEP, estas receberiam o total de alunos previstos pelo número de vagas autorizadas, com cem por cento de disponibilidade para todas as aulas práticas, como tiro e táticas para o confronto armado, educação física militar, técnicas de abordagem policial entre outras tantas; situação que atualmente não ocorre pois em todos os concursos até agora realizados sempre foram encaminhados para os cursos de formação, alunos que julgados aptos nos exames médicos, posteriormente vieram a sofrer acidentes, contraíram doenças ou moléstias muito antes de serem incluídos no estado efetivo da corporação.

A situação apontada vem gerando inclusive demandas judiciais, pois, no dia do exame médico, foi considerado apto, logo após contraiu doença impeditiva de

desempenhar as funções para os quais estaria se preparando e posterior se dá o ingresso, ou seja, ingressa na PMPR com doença adquirida no período em que era candidato, com APTIDÃO médica e posterior ao ingresso ocorre a sua reforma por invalidez, reforma esta integral pois não há como comprovar que adquiriu a doença antes de ingressar na carreira; ao contrário, a APTIDÃO anterior à doença nos exames de saúde realizados no órgão pericial médico da PMPR, lhe dá a plena garantia de todos os direitos adquiridos no ato da nomeação, pois só com aquele resultado médico já é suficiente para que comprove sua incapacidade após ter ingressado na carreira como já visto anteriormente no trabalho.

Quanto à exclusão de candidato que não se adequa às características necessárias ao exercício do cargo, não há nenhuma ilegalidade, visto ser permitido à Administração Pública selecionar os melhores que se ajustam ao cargo oferecido no certame.

Por derradeiro, como demonstrado no transcorrer do presente trabalho, a manutenção dos exames de saúde como terceira fase do concurso público e realizado muito antes do ingresso definitivo com a conseqüente nomeação traz certo desconforto de ordem técnica, jurídica e administrativa, caindo por descrédito os princípios da eficiência e razoabilidade, restando comprovado que a simples mudança na ordem de tais exames trará benefícios significativos tanto para a Polícia Militar do Paraná quanto para os candidatos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Saraiva, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar Obrigatório**.

BRASIL. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a lei do Serviço Militar** (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 ago. 1965.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Lei 4.119 de 1962 - **Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo**. Disponível: <http://www.crppr.org.br/editor/file/orientacao_legislacao/lei4119_1962.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo regimental no recurso extraordinário**. RE 558833 AgR / CE, 25 set. 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Viola%C3%A7%C3%A3o+da+exig%C3%Aancia+constitucional+do+concurso+p%C3%ABlico&s=jurisprudencia>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo regimental no recurso extraordinário**. RE 559069 AgR / DF, 12 jun. 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Exame+dos+Precedentes=jurisprudencia>. Acesso em: 13 ago. 2011.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª região. **Mandado de segurança**. Ap. 0 0 3 5078-07.2002.4.01.3400/DF, 19 jan. 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2412270/apelacao-civel-35145-df-20023400035145-8-trf1>. Acesso em 13 ago. 2011.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 22 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. **Concurso público. Imposição constitucional e operacionalização**. In. MOTTA, Fabrício et al. (Org.). Concurso público e

constituição. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

PARANÁ. Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954. **Estatuto dos Militares Estaduais**.

PARANÁ. Decreto nº 2.508, de 20 de janeiro de 2004. **Regulamenta os Concursos Públicos Estaduais**.

PARANÁ. Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. **Dispõe sobre inspeção médica e exames psicológicos em concursos públicos para provimento de cargos no Estado**.

PARANÁ. Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. **Dispõe que exames médicos e psicológicos deverão ser realizados por órgãos periciais do Estado**. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codA=6382&indice=2&anoSpan=2011anoSelecionado=2002&isPaginado=fale>>. Acesso em 08 jun. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar do Paraná. Edital nº 061, de 24 de novembro de 2009. **Regulamenta o Concurso Público para ingresso como Soldado Policial Militar**, 1.000 (mil) vagas e Soldado Bombeiro Militar 400 (quatrocentas) vagas.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo**, volume 19, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. (Coleção Sinopses Jurídicas).

TORTATO, Maurício. **O recrutamento e seleção no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná: Uma análise crítica sobre o processo administrativo e jurídico**. In: _____. Curitiba: 2008. Cap. 4, p. 32-35.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os Exames de Saúde para ingresso na Polícia Militar do Paraná consistem em etapa obrigatória nos concursos públicos da corporação, em virtude da necessidade de se caracterizar a higidez dos pretensos candidatos a ingresso, tendo em vista as particularidades da investidura do cargo de Militar Estadual.

Na PMPR tais exames sempre foram realizados como segunda ou terceira etapa do concurso público, ou seja, no meio de um certame que é dividido em quatro etapas, e que não há até o presente momento propostas de mudanças no sentido de melhorar em termos de qualidade e eficiência tais exames.

O estudo tem como objetivo demonstrar a necessidade de mudanças no sentido de que os Exames de Saúde para ingresso na corporação para as vagas de Soldado de 2ª Classe PM/BM, sejam realizados ao final do certame, como exames admissionais, visando melhoria quanto a emissão de resultados, economia para o Estado e para o próprio candidato, tendo em vista que só realizariam tais exames, aqueles convocados para suprir imediatamente o número de vagas ofertadas.

Com base no enunciado, foram elaboradas de maneira sintética as perguntas abaixo, procurando verificar junto a diversos setores da PMPR, qual a opinião sobre o assunto em estudo.

Perguntas:

- 1) Qual o setor sob sua responsabilidade direta?
- 2) O Senhor conhece o sistema de recrutamento e seleção da Polícia Militar?
- 3) Qual é o seu nível de conhecimento quanto aos concursos públicos para ingresso na Polícia Militar?
- 4) O Setor sob sua responsabilidade, participa em algum momento dos concursos públicos para ingresso como Sd 2ª Classe na PMPR?
- 5) Qual o nível de participação do seu Setor (em que momento)?

- 6) Durante o tempo em que o Senhor está a frente de tal Setor, ocorreu algum estudo no sentido de mudanças na aplicação dos exames de saúde para ingresso na corporação?
- 7) Se sim, qual foi o estudo realizado, qual foi a decisão tomada e onde está o referido estudo?

ANEXO A - EDITAL DE CONCURSO PARA INGRESSO COMO Sd 2ª CLASSE

EDITAL n.º 061/2009

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE SOLDADO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) E DE SOLDADO BOMBEIRO MILITAR (QPM 2-0) DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (DP/PMPR), com sede de comando à Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput* e parágrafo único, 19, 20, alínea "b", 21, inciso II, 43, alínea "e", da lei n.º 1.943, de 23/06/1954 (Código da Polícia Militar); no inciso VII, do art. 15 da lei n.º 6.774 (Lei de Organização Básica); nos art. 1º e 2º da Lei n.º 16.138, de 01/07/2009 que dispõe sobre o efetivo da Corporação; no art. 1.º, § 2.º, da lei n.º 12.975, de 17/11/2000; no Decreto Estadual nº 5.309, de 29/08/05 e na autorização governamental constante no protocolo n.º **10.139.166-3**, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público para ingresso na PMPR, destinado ao preenchimento de **1.100 (hum mil e cem)** vagas (qualificação policial-militar geral 1 – **policial militar**) e **400** (quatrocentas) vagas (qualificação policial-militar geral 2 – **bombeiro militar**), nos termos deste Edital.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será regido pelas regras estabelecidas no presente Edital, executado em sua primeira fase e terceira fase, que trata da avaliação psicopatológica, pela Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina – Cops/UEL, e é destinado a selecionar candidatos ao ingresso na PMPR na condição de Soldado de 2.ª Classe para matrícula em Cursos de Formação de Soldados (CFSd), visando posterior enquadramento na Qualificação **Policial Militar** (QPM 1-0) ou na Qualificação **Bombeiro Militar** (QPM 2-0), conforme sua opção no ato da inscrição.

1.2 O Curso de Formação de **Soldado Policial Militar** destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas constituições federal e estadual e legislações e atos normativos vigentes e terá a duração de 970 (novecentos e setenta) horas-aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana.

1.3 O Curso de Formação de **Soldado Bombeiro Militar** destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, e o que mais for definido em lei, e terá a duração de 1.240 (hum mil duzentos e quarenta) horas-aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana.

1.4 Como Soldado de 2.ª Classe, o militar estadual fará jus, desde o seu ingresso na PMPR, à remuneração de **R\$ 981,91 (novecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos)**, fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica, conforme legislação em vigor, tanto para Soldado 2ª Classe Policial Militar quanto para Soldado 2ª Classe Bombeiro Militar.

1.5 Após o período de formação e a conseqüente conclusão do Curso de Formação de Soldados PM ou BM com aproveitamento e sem pendências judiciais e extrajudiciais, na condição de Soldado de 1ª Classe, o vencimento a ser percebido pelo militar estadual será de **R\$ 1.818,13 (hum mil, oitocentos e dezoito reais e treze centavos)** – nos termos do Anexo IV, do Decreto Estadual nº 4.991/2009.

1.6 A execução da primeira fase e da terceira fase, que trata da avaliação psicopatológica do Concurso Público regido por este Edital, caberá à Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina (Cops/Uel). As demais fases serão de responsabilidade da Diretoria de Pessoal (DP), por intermédio do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da PMPR.

1.7 **É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito**, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Concurso Público, divulgados na Internet no endereço eletrônico www.cops.uel.br ou no Diário Oficial do Estado do Paraná - Concursos Públicos do Estado, www.dioe.pr.gov.br, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante o período de validade do concurso.

1.8 A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, por ordem decrescente de nota, sendo a primeira uma lista geral contendo a pontuação de todos os candidatos, inclusive para as pessoas do sexo feminino e dos afrodescendentes, e uma segunda lista, com a pontuação dos candidatos afrodescendentes.

1.9 As vagas reservadas aos candidatos afrodescendentes não-preenchidas serão revertidas aos demais candidatos de ampla concorrência.

1.10 O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. No caso de restarem candidatos suplentes, isto é, classificados para além do número das vagas, estes poderão ser chamados, havendo interesse institucional, dentro do prazo de validade do concurso; se decorridos 6 (seis) meses do encerramento do Concurso os suplentes convocados serão submetidos novamente ao Exame de Saúde, Capacidade Física e Pesquisa Social.

1.11 Será admitida a impugnação deste Edital, por meio de requerimento devidamente justificado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação, dirigido ao Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná (PMPR), de acordo com o disposto no artigo 29 do Decreto no 2.508, de 20 de janeiro de 2004.

2 DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR

2.1 O Curso de Formação de Soldado Policial Militar não faz parte do concurso público, que se encerra com o ingresso do candidato aprovado em todas as fases e convocado dentro do limites de vagas;

2.2 O Curso de Formação de Soldado Policial Militar será realizado no CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Órgão de Apoio ao Ensino subordinado à Diretoria de Ensino da PMPR), localizado no município de São José dos Pinhais, PR, Bairro Guatupê, assim como poderá ser descentralizado para qualquer Unidade da Polícia Militar no Estado, na Capital e no Interior, atendidas a conveniência e oportunidade e conforme as necessidades da Corporação e suas disponibilidades de logística e docente.

2.3 Nos Cursos de Formação abertos em outras OPM - Organização Policial Militar, diversas do CFAP em São José dos Pinhais, terão preferência para freqüenta-los os candidatos aprovados que residam na circunscrição territorial da Unidade, respeitada a ordem de classificação e número de vagas.

3 DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO BOMBEIRO MILITAR

3.1 O Curso de Formação de Soldado Bombeiro Militar não faz parte do concurso público, que se encerra com o ingresso do candidato aprovado em todas as fases e convocado dentro do limites de vagas;

3.2 A critério da Diretoria de Ensino da PMPR, o Curso de Formação de Soldado Bombeiro Militar poderá ser descentralizado para o CEI/CB - Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros ou qualquer Unidade do Corpo de Bombeiros, na Capital e no Interior do Estado do Paraná, atendidas a conveniência e oportunidade e conforme as necessidades da Corporação e suas disponibilidades logística e docente.

3.3 Nos Cursos de Formação abertos em outras OBM - Organização Bombeiro Militar-, diversas do Centro de Ensino e Instrução, terão preferência para freqüentá-los os candidatos aprovados que residam na circunscrição territorial da Unidade, respeitada a ordem de classificação e número de vagas.

4 DA RESERVA DE VAGAS

4.1 Considerando a natureza especial dos cargos de Soldado Policial Militar e de Soldado Bombeiro Militar e o interesse público, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 14.804, de 20 de julho de 2005, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral, em cada um dos respectivos cargos.

4.2 De acordo com o disposto na Lei Estadual n.º 14.274, de 24 de dezembro de 2003, ficam assegurados aos candidatos que se declararem afrodescendentes, nos termos do art. 1.º dessa lei, 10% (dez por cento) do total de vagas ofertadas.

4.3 Os candidatos afrodescendentes que não lograrem êxito na classificação dentro do número de vagas preferenciais, na função de sua escolha, concorrerão, em igualdade de condições, às vagas remanescentes com os demais candidatos.

4.4 As vagas preferenciais destinadas aos afrodescendentes que não forem preenchidas serão revertidas aos demais candidatos que se submeterem às vagas de ampla concorrência.

4.5 Os candidatos que se declararem afrodescendentes serão submetidos à entrevista individual realizada por Subcomissão específica, a fim de verificar se os mesmos se enquadram no disposto no art. 4.º da lei supracitada, logo após a divulgação do resultado da 1.ª Fase (Prova Escrita de Conhecimentos), através de convocação por edital próprio.

4.6 Não sendo confirmado por comissão específica o que se refere ao art. 4.º da lei estadual n.º 14.274/03, o candidato será desclassificado do Concurso conforme o que prevê o art. 5º da mesma Lei.

4.7 Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), arredondar-se-á para o número inteiro superior ou para o número inteiro inferior, quando resultar em fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco). O percentual de vagas reservadas aos afrodescendentes será observado ao longo do período de validade do Concurso Público.

4.9 Para efeitos do previsto neste Edital, considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar expressamente, no ato da inscrição, identificando-se como de cor preta ou parda, de raça etnia negra, devendo tal informação integrar os registros cadastrais de ingresso de servidores, conforme o disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei nº 14.274/03.

4.10 É assegurado ao afrodescendente o direito de inscrever-se nesta opção, para tanto deverá, sob sua inteira responsabilidade, declarar-se, no momento da inscrição, de cor preta ou parda, de raça etnia negra.

4.11 Para inscrição como afrodescendente, o candidato deverá observar os procedimentos previstos neste Edital, caso contrário não concorrerá à vagas reservadas a esse grupo, mas apenas às vagas de ampla concorrência.

4.12 Detectada falsidade na declaração a que se refere o **subitem 4.4** deste Edital, sujeitar-se-á o candidato à anulação da inscrição no concurso e de todos os efeitos daí decorrentes, e, se já nomeado, à pena de demissão, assegurada em qualquer hipótese, a ampla defesa e o contraditório.

5 DA INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

5.1 Da Inscrição

5.1.1 A inscrição poderá ser efetuada a partir das **17h** do dia **27 de novembro de 2009** até às **23h** do dia **17 de dezembro de 2009**, somente via Internet, no endereço eletrônico da Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina: **www.cops.uel.br**, em cujo sítio existirá um *link* com o formulário destinado à inscrição que deverá ser devidamente preenchido pelo candidato. Ao final da inscrição, deverá o candidato imprimir o boleto bancário para o pagamento da taxa de inscrição.

5.1.2 No ato da inscrição o **candidato deverá optar por uma única função**, conforme relação indicada no **Anexo I**.

5.1.3 No ato da inscrição o candidato deverá ainda assinalar o local para realização da Prova Escrita de Conhecimentos e posteriormente se aprovado dentro no número previsto nos subitens 10.3 e 10.4, os Exames de Capacidade Física e Psicopatológico, indicando uma, entre as 5 (cinco) cidades: **Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá**. Após a efetivação da inscrição, não será aceito qualquer pedido de alteração de função ou de cidade para realização das provas.

5.1.4 O valor da taxa de inscrição será de R\$ 54,00 (**cinquenta e quatro reais**).

5.1.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **18 de dezembro** de 2009, em qualquer agência bancária credenciada, mediante a apresentação do boleto bancário, que deve ser impresso pelo candidato, após o preenchimento do formulário de inscrição pela Internet.

5.1.6 Será possível imprimir segunda via do boleto bancário a partir das **17 horas** do dia **27 de novembro** de 2009 até as **23h59** do dia **17 de dezembro** de 2009. O não recebimento do boleto pelas agências bancárias em virtude de erro de impressão é de responsabilidade do candidato.

5.1.7 A inscrição somente será efetivada e confirmada com o correspondente pagamento da taxa de inscrição, não se responsabilizando a Diretoria de Pessoal ou Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná ou a Cops/Universidade Estadual de Londrina pelo não recebimento da confirmação bancária do recolhimento do valor da taxa de inscrição.

5.1.8 Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Concurso Público, bem como, caso aprovado e classificado, dos exigidos para ao ingresso, pois a taxa, uma vez paga, só será restituída em caso de anulação plena do Concurso Público.

5.1.9 Não haverá isenção, parcial ou total, do valor da taxa de inscrição.

5.1.10 Será considerada nula a inscrição se o cheque utilizado para o pagamento da taxa for devolvido pelo banco por qualquer motivo ou por agendamento não efetivado.

5.1.11 É vedada a inscrição condicional e/ou fora de prazo.

5.1.12 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição, as provas e a nomeação, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, ouvido o candidato, o que pode ocorrer inclusive após a homologação do resultado do Concurso Público, desde que verificada a prática de qualquer ilegalidade pelo candidato, tais como: falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nas provas e/ou nos documentos apresentados, entre outras.

5.1.13 Ao efetuar a inscrição, o candidato assume o compromisso, tácito de que aceita as condições estabelecidas no presente Edital e nos demais que vierem a ser publicados durante a realização das fases do Concurso Público.

5.1.14 Após 5 (cinco) dias úteis do efetivo pagamento do boleto bancário, o candidato poderá acompanhar no endereço eletrônico www.cops.uel.br, a situação de sua inscrição, devendo, se houver alguma divergência, entrar em contato com a Coordenadoria de Processos Seletivos, Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, Pr 445, Km 380, Caixa Postal 6050, CEP 86051-990, Londrina, Pr, fax (43) 3328-4448.

5.1.15 Desde que justificada a necessidade, poderá ser atribuído atendimento especial para a realização da Prova Escrita de Conhecimentos ao candidato que o solicitar até o dia **18 de dezembro de 2009**.

5.1.16 A solicitação de condições especiais para a realização da Prova Escrita de Conhecimentos será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, mediante apreciação da Coordenação do Concurso Público.

5.1.17 A relação geral dos candidatos que tiverem as inscrições homologadas será divulgada por meio de edital específico, no dia **15 de janeiro de 2010**, no site www.cops.uel.br.

5.1.18 O candidato que tiver sua inscrição indeferida poderá interpor recurso dirigido à Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação da relação de candidatos inscritos, observando um dos procedimentos a seguir:

5.1.18.1 Protocolo do recurso na Divisão de Protocolo e Comunicação da UEL, Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445, km 380, Campus da Universidade Estadual de Londrina, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

5.1.18.2 Envio do recurso por meio de correspondência SEDEX, aos cuidados da Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, km 380, Caixa Postal 6050, CEP 86051-990, Londrina, Estado do Paraná.

5.1.18.3 A solução dos eventuais recursos desta fase, providenciada pela UEL, serão enviadas ao Presidente do Concurso, que lhe homologará e providenciará sua publicação em Edital próprio.

5.1.19 Decorridos 5 (cinco) dias da data da publicação do Edital de Inscritos, a Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL não se responsabilizará por inscrições não recebidas em decorrência de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.20 O preenchimento da ficha de inscrição é de exclusiva responsabilidade do candidato. A PMPR e a Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL não se responsabilizam por informações e endereços incorretos ou incompletos fornecidos pelo candidato.

5.1.21 Na hipótese de mero erro material de **dados cadastrais** digitados incorretamente no ato da inscrição (número de documentos de identificação ou endereço), o candidato deverá informar quais alterações que devem ser procedidas, mencionando também os dados que identificam a sua inscrição, por meio do fax (43) 3328-4448, aos cuidados da Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL..

5.1.22 O candidato que fizer declarações falsas ou inexatas na ficha de inscrição terá a mesma cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

5.1.23 Não será devolvida em hipótese alguma o valor referente à taxa de inscrição.

5.1.24 Os locais de provas serão divulgados, pela Internet, no endereço eletrônico www.cops.uel.br.

5.1.25 A partir de **27 de janeiro de 2010**, o candidato deve imprimir o Cartão de Inscrição, que estará disponível no endereço eletrônico www.cops.uel.br, no qual estará indicado o local, o horário e o endereço de realização da Prova Escrita de Conhecimentos,

sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a obtenção do Cartão de Inscrição por meio de impressão.

5.1.26 O Cartão de Inscrição somente será válido com fotografia recente afixada em espaço a ela destinado e com cópia legível da Cédula de Identidade do candidato, também afixada em lugar próprio.

5.1.27 O Cartão de Inscrição será exigido para o ingresso do candidato na sala de prova, não podendo ser substituído por outro documento de identificação, ainda que oficial, observado o **subitem 8.7** deste Edital.

5.2 Das Condições de Ingresso na PMPR

5.2.1 Os candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público regulado por este Edital, dentro do limite de vagas estabelecidas, somente ingressarão na Polícia Militar do Paraná se atendidos os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter concluído o Ensino Médio (ou equivalente).
- c) Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar.
- d) Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar.
- e) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- f) Ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 30 (trinta) anos de idade no ato do ingresso.
- g) Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da PMPR, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares.
- h) Como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa.

6 DA COMISSÃO DE CONCURSO

6.1 A Comissão de Concurso, designada pelo Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná, será constituída por um Oficial Superior como Presidente, assessorado na coordenação e supervisão do Concurso pelos militares, Oficiais e Praças, do Centro de Recrutamento e Seleção e por Oficiais Superiores, Intermediários ou Subalternos como Membros dos trabalhos, que por sua vez serão divididos em quatro Subcomissões:

I - Subcomissão de Exame de Capacidade Física

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos e Graduados.

II - Subcomissão de Sanidade Física e Mental

Será composta por Médicos, Dentistas, Psicólogos e Médico Psiquiatra. Será Presidida por 01 (um) Oficial Médico do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Paraná.

III - Subcomissão de Pesquisa Social

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos.

IV - Subcomissão de Verificação de Afrodescendência

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos, Graduados da PMPR e poderão compor esta subcomissão, membros reconhecidos de instituições não governamentais ligadas a movimentos de inclusão racial.

6.2 Os integrantes das referidas Subcomissões comporão as respectivas Bancas Examinadoras (teórica e prática) e deverão apresentar à Comissão do Concurso os

resultados obtidos pelos candidatos, por meio de termo lavrado e assinado por toda a Subcomissão.

6.3 Não poderão fazer parte das subcomissões, integrantes da corporação ou profissionais contratados que tenham com algum candidato, qualquer grau de parentesco até o 3º (terceiro) grau na linha reta ascendente ou descendente ou colateral.

6.4 A Comissão do Concurso contará com uma Secretaria composta por militares integrantes do Centro de Recrutamento e Seleção especialmente designados para a realização dos trabalhos.

6.5 Aos membros da Comissão e Subcomissões poderão ser delegadas outras atribuições a fim de viabilizar e racionalizar o desenvolvimento das atividades atinentes ao Concurso.

7 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1 O Concurso Público regido por este Edital será desenvolvido em quatro fases, sendo a primeira eliminatória e classificatória e as demais de caráter somente eliminatório.

1.ª fase - Prova Escrita de Conhecimentos, que compreenderá Prova Objetiva e Prova Subjetiva.

2.ª fase - Exame de capacidade física, que compreenderá teste de suficiência física e teste de habilidades específicas.

3.ª fase - Exame de saúde, que compreenderá avaliação médica, odontológica e psicopatológica.

4.ª fase - Exame social e documental.

8 DA PRIMEIRA FASE: PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

8.1 Será aplicada Prova Escrita de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo conteúdos programáticos especificados no **Anexo II** deste Edital, sendo **48 (quarenta e oito)** questões objetivas de múltipla escolha, contendo cinco alternativas em que somente uma é correta, distribuídas conforme o quadro a seguir e **2 (duas)** questões discursivas na área de conhecimentos gerais. A Prova Escrita de Conhecimentos abrangerá conteúdos em nível de ensino médio.

Área do conhecimento	Número de questões	Tipo de questões
Língua Portuguesa	10	objetiva
Matemática	10	objetiva
Estatuto da Criança e do Adolescente	8	objetiva
Ciências da Natureza	10	objetiva
Ciências Humanas	10	objetiva
Conhecimentos Gerais	2	discursiva

8.2 Cada uma das questões objetivas valerá **1 (um) acerto**.

8.3 Cada uma das questões discursivas valerá de **0,0 (zero) a 5,0 (cinco) pontos**.

8.4 Serão corrigidas as questões discursivas dos candidatos que obtiverem pelo menos 50% de acerto na Prova Objetiva, correspondendo a, no mínimo, 24 pontos, dentro do limite de 4 (quatro) vezes o número de vagas, seguindo a ordem de classificação para cada função.

8.5 Para candidatos a Soldado Policial Militar serão corrigidas as questões discursivas somente dos 4.400 (quatro mil e quatrocentos) primeiros classificados em ordem

decrecente do número de acertos nas questões objetivas da prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos (as) que se declararem afrodescendentes em face das vagas preferências.

8.6 Para candidatos a Soldado Bombeiro Militar serão corrigidas as questões discursivas somente dos 1.600 (hum mil e seiscentos) primeiros classificados em ordem decrescente do número de acertos nas questões objetivas da prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos (as) que se declararem afrodescendentes em face das vagas preferências.

8.7 A prova será realizada no dia **7 de fevereiro de 2010**, nas cidades de **Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá**, nos locais e horários a serem divulgados em Edital específico e no Cartão de Inscrição dos candidatos.

8.8 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização de Prova Escrita de Conhecimentos às 13h, obrigatoriamente munido de lápis, borracha e caneta esferográfica transparente com tinta preta, **Cartão de Inscrição** contendo fotografia atual e documento de identificação original.

8.9 O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, apresentando forma legível e em via original:

- I - Cédula de Identidade Civil (RG);
- II - Carteira de identidade fornecida por órgão ou conselho de representação de classe;
- III - Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.053/07 – Código de Trânsito Brasileiro;
- IV - Passaporte brasileiro;
- V - Certificado de Reservista;
- VI - Carteiras de Identificação das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército ou Marinha);
- VII - Carteira de Identidade de Estrangeiros emitida no Brasil.
- VIII - Carteira Profissional;

8.10 Não serão aceitos como documentos de identidade para ingresso na sala de prova: CPF, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação sem foto, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

8.11 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento de identidade.

8.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documentos de identidade original, por motivo de roubo, furto ou extravio, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, há 90 (noventa) dias, sob pena de ficar impedido de realizar a prova.

8.13 Não haverá segunda chamada para qualquer uma das provas, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no Cartão de Inscrição do candidato, neste Edital e em outros editais referentes às fases deste Concurso Público.

8.14 Os candidatos que a critério médico devidamente comprovado estiverem impossibilitados de realizar a prova em sala, farão essa prova em local especialmente designado pela Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL.

8.15 Em hipótese alguma serão realizadas provas fora do local, cidade e horário determinados.

9 DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

9.1 O candidato deve comparecer ao local designado para a realização da Prova Escrita de Conhecimentos com antecedência necessária, sendo que os portões de acesso serão abertos às 13h20min e fechados impreterivelmente às 14h, ficando impedido de ingressar o candidato que chegar ao local de prova após o horário estipulado, independentemente do motivo, ainda que de força maior e caso fortuito.

9.2 Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras, e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

9.3 Não será permitida, no dia da realização da prova, a entrada de candidatos portando aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, *walkman*, *notebook*, receptor, gravador, e outros que possam comprometer a segurança do concurso, a critério da Cops). Caso o candidato porte qualquer um desses objetos, deverão desligar os mesmos e colocá-los sob a carteira. O descumprimento da presente prescrição implicará a eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

9.4 Não será permitida, durante a realização da Prova Escrita de Conhecimentos, a utilização de gorros, bonés, óculos escuros e de relógios, cujos objetos deverão ser guardados pelos candidatos em local que impeça sua visibilidade.

9.5 O não comparecimento do candidato à Prova Escrita de Conhecimentos implicará sua eliminação do Concurso.

9.6 O candidato que usar de atitudes de desacato ou desrespeito com qualquer dos fiscais ou responsáveis pela aplicação da prova, bem como aquele que descumprir o disposto nos **subitens 9.2, 9.3 e 9.4** deste Edital, será excluído do Concurso.

9.7 A duração da Prova Escrita de Conhecimentos será de 4 (quatro) horas, incluído aí o tempo para o preenchimento do cartão-resposta e da folha definitiva das questões discursivas. O controle do tempo de aplicação da prova e as informações a respeito do tempo transcorrido, durante a realização da prova, serão feitos pelos fiscais de sala.

9.8 É de responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova, no horário estipulado no **subitem 8.8**, para início da realização da Prova Escrita de Conhecimentos, observados os **subitens 8.9 e 9.1** deste Edital, bem como observar o tempo destinado à realização da prova e preenchimento do cartão-resposta **subitem 9.7** deste Edital.

9.9 As respostas às questões objetivas serão transcritas para o cartão-resposta com caneta esferográfica com tinta preta, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

9.10 As respostas às questões objetivas, lançadas no cartão-resposta, serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

9.11 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

9.12 O candidato é responsável pelo correto preenchimento do cartão-resposta e por sua conservação e integridade, pois em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão, salvo em caso de defeito de impressão.

9.13 Tanto as questões objetivas quanto às questões subjetivas serão de caráter eliminatório, devendo o candidato obter, no mínimo, 50% de acertos em cada uma delas. Será considerado aprovado na Prova de Conhecimentos Específicos o candidato que obtiver no mínimo 24 pontos nas questões objetivas e 10 (dez) pontos nas questões subjetivas.

9.14 As questões subjetivas deverão ser feitas pelo próprio candidato, a mão, em letra legível, com caneta esferográfica com tinta preta, não sendo permitida a interferência

e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de algum problema temporário de impossibilidade do candidato em redigi-la. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da Cops/Uel devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação. Tal procedimento será gravado em áudio e/ou vídeo.

9.15 A folha de resposta definitiva das questões discursivas não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova.

9.16 A folha de resposta definitiva será o único documento válido para a avaliação das questões subjetivas. A folha para rascunho no caderno de prova é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade, devendo ser obrigatoriamente devolvida aos fiscais de prova, após o término.

9.17 Serão seguidos os seguintes critérios para avaliação das questões discursivas:

Elementos de avaliação	Pontos
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão.	1
Paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das idéias.	1
Pertinência da exposição relativamente ao tema e à ordem de desenvolvimentos propostos.	3
Pontuação máxima por questão	5

9.18 O candidato somente poderá se retirar da sala de prova após uma hora do início da Prova Escrita de Conhecimentos, devendo, antes de se retirar do recinto da sala, entregar aos aplicadores, o caderno de prova, o cartão-resposta e a folha de resposta definitiva.

9.19 Ao final do tempo destinado à realização da prova, em cada sala, é obrigatória a saída simultânea dos três últimos candidatos, os quais deverão assinar a ata de encerramento da aplicação da prova naquela sala.

9.20 Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato ausentar-se do recinto da sala, a não ser em caso especial e desde que acompanhado por um componente da equipe de aplicação da prova.

9.21 Visando preservar a segurança e a credibilidade do Concurso, por ocasião da realização da prova, todos os candidatos inscritos serão identificados por coleta da impressão digital.

9.22 Poderá realizar a prova o candidato que exibir o documento oficial de identidade original e o comprovante de inscrição ao adentrar no local de provas e assinar a lista de presença, sob pena de ser considerado ausente.

9.23 Será de inteira responsabilidade do candidato cumprir as instruções contidas no caderno de provas.

9.24 O preenchimento do cartão-resposta bem como da folha de respostas definitiva será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas neste Edital e no próprio caderno de provas; em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

9.25 Se a qualquer tempo for constatado ter o candidato utilizado processo ilícito por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou apresentada declaração falsa ou inexata quanto a aspecto relevante à sua participação no Concurso Público, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado.

9.26 Ao terminar a prova o candidato deverá obrigatoriamente entregar ao aplicador de prova o cartão-resposta devidamente assinado, a folha de respostas definitiva e o caderno de prova.

10 CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO NA PRIMEIRA FASE

10.1 Para obtenção do resultado final da primeira fase do Concurso Público serão classificados segundo os seguintes critérios:

1º critério: Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pontuação média igual ou superior a 24 (vinte e quatro) pontos nas questões objetivas e 10 (dez) pontos nas questões subjetivas. Serão automaticamente excluídos do Concurso Público os candidatos que não obtiverem o número mínimo de acertos previsto neste item.

2º critério: Os candidatos aprovados na Prova Escrita de Conhecimentos, conforme o 1º critério do resultado, serão classificados de acordo com o resultado do somatório de pontos obtidos após a aplicação da seguinte fórmula:

Cálculo para obtenção do resultado final da Prova Escrita de Conhecimentos para a função **Soldado Policial Militar:**

ÁREA DE CONHECIMENTO	FÓRMULA	PONTOS
Língua Portuguesa	Nº de acertos x PESO 2	20
Matemática	Nº de acertos x PESO 1	10
Estatuto da Criança e Adolescente	Nº de acertos x PESO 1	8
Ciências Humanas (História, Geografia, Soc, Fil)	Nº de acertos x PESO 2	20
Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia)	Nº de acertos x PESO 1	10
Conhecimentos Gerais/Atualidades	Nota x PESO 3	30
Total máximo de pontos da Prova Escrita de Conhecimentos		98

Cálculo para obtenção do resultado final da Prova Escrita de Conhecimentos para a função **Soldado Bombeiro Militar:**

ÁREA DE CONHECIMENTO	FÓRMULA	PONTOS
Língua Portuguesa	Nº de acertos x PESO 1	10
Matemática	Nº de acertos x PESO 2	20
Estatuto da Criança e Adolescente	Nº de acertos x PESO 1	8
Ciências Humanas (História, Geografia, Soc, Fil)	Nº de acertos x PESO 1	10
Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia)	Nº de acertos x PESO 2	20
Conhecimentos Gerais/Atualidades	Nota x PESO 3	30
Total máximo de pontos da Prova de Conhecimentos		98

10.2 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Escrita de Conhecimentos, após a

aplicação dos pesos definidos no 2º critério no **subitem 10.1**, com observância no disposto no **subitem 1.8** deste Edital, por função, nome e RG.

10.3 Para candidatos a Soldado Policial Militar, serão convocados à fase subsequente do Concurso somente os 3.300 (três mil e trezentos) melhor classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos na prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos(as) que se declararam afrodescendentes em face das vagas preferenciais.

10.4 Para candidatos a Soldado Bombeiro Militar, serão convocados à fase subsequente do Concurso somente os 1.200 (um mil e duzentos) melhor classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos na prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos(as) que se declararam afrodescendentes em face das vagas preferenciais.

10.5 Para os demais candidatos que forem aprovados e não convocados, poderão ocorrer novas convocações, visando o recompletamento das vagas que por ventura não venham a ser preenchidas, para tanto, será de responsabilidade de cada candidato nessa condição, a consulta periódica ao site www.cops.uel.br até que se dê por findo todo o processo seletivo e dentro do prazo de validade do concurso.

11 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Em caso de igualdade de notas na classificação, o desempate se dará da seguinte forma:

- a) maior nota nas questões subjetivas da Prova Escrita de Conhecimentos;
- b) maior número de acertos nas questões objetivas de Língua Portuguesa;
- c) maior número de acertos nas questões objetivas de Matemática;
- d) maior número de acertos nas questões objetivas da área de Ciências Humanas;
- e) maior número de acertos nas questões objetivas da área de Ciências da Natureza;
- f) maior nota nas questões objetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- g) maior idade.

12 DOS RECURSOS À PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

12.1 No dia **8 de fevereiro de 2010**, a partir das 17 horas, será divulgada a prova e o gabarito oficial provisório das questões objetivas, no seguinte endereço da Internet: www.cops.uel.br.

12.2 A partir da divulgação do gabarito oficial provisório das questões objetivas, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para interpor recurso, utilizando-se formulário específico que estará disponível na Internet, no endereço www.cops.uel.br, cujo recurso deverá ser protocolizado na forma do **subitem 12.7**.

12.3 No dia **3 de março de 2010**, a partir das 17 horas, serão divulgadas as notas das questões discursivas dos candidatos que obtiveram pontuação média igual ou superior a 24 (vinte e quatro) pontos nas questões objetivas, respeitados os subitens **8.4, 8.5 e 8.6** no endereço www.cops.uel.br.

12.4 A partir da divulgação das notas das questões discursivas, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para interpor recursos, utilizando-se formulário específico que estará disponível na Internet, no endereço www.cops.uel.br, cujo recurso deverá ser protocolizado na forma do **subitem 12.7**.

12.5 O candidato deverá utilizar um formulário para cada questão objetiva ou subjetiva. Formulários contendo mais de uma questão não serão aceitos.

12.6 Serão admitidos recursos relativos ao gabarito provisório, à formulação e ao conteúdo das questões objetivas e subjetivas, desde que devidamente fundamentados.

12.7 Os recursos deverão ser protocolizados junto à Divisão de Protocolo e Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, km 380, CEP 86051-990, Caixa Postal 6050, em Londrina, Estado do Paraná, nos seguintes horários: das 8h às 12h e das 14h às 18h ou postados, via **SEDEX**, ao endereço acima, desde que dentro dos prazos estabelecidos nos **subitens 12.2 e 12.4** deste Edital, aos cuidados da Cops.

12.8 Os recursos interpostos fora de prazo não serão admitidos nem analisados no mérito.

12.9 A Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL não se responsabiliza pelo não recebimento de recursos enviados via **SEDEX**, no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de postagem.

12.10 Os recursos que não estiverem redigidos no formulário específico (**subitem 12.5**) e não forem fundamentados (**subitem 12.6**), bem como os que forem encaminhados por via postal comum, via fax ou via correio eletrônico, não serão admitidos e nem analisados.

12.11 Os recursos serão apreciados pela Coordenadoria de Processos Seletivos - Cops, que emitirá parecer no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo de interposição. O resultado dos recursos das questões objetivas será dado a conhecer mediante publicação do gabarito oficial definitivo a ser publicado no site www.cops.uel.br. O resultado dos recursos das questões subjetivas será dado a conhecer mediante publicação do edital de homologação do resultado da primeira fase. As respostas dos recursos estarão à disposição do recorrente nos autos do processo, na secretaria da Cops, pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do gabarito oficial definitivo das questões objetivas e da publicação do edital de homologação do resultado da primeira fase.

12.12 Os pontos relativos às questões objetivas que, porventura, forem anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos.

12.13 Se, em decorrência dos recursos interpostos, houver alteração de alternativa (a, b, c, d, e) no gabarito oficial definitivo, os efeitos decorrentes serão aplicados a todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, ou de terem ou não marcado a opção correta definitiva.

12.14 Não serão admitidos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado, em duplicidade ou incorreto do cartão-resposta, nem por motivo de resposta que apresentar rasura ou emenda.

12.15 Não caberá pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.

13 DA SEGUNDA FASE: EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA (ECAFI)

13.1 O Exame de Capacidade Física (ECAFI) compreende o Teste de Suficiência Física (TSF) que será aplicado aos candidatos concorrentes tanto às vagas PM quanto às vagas BM, e o Teste de Habilidades Específicas (THE) que será aplicado aos candidatos concorrentes às vagas BM e que obtiverem aprovação no Teste de Suficiência Física, serão aplicados nas cidades onde o candidato realizou a 1ª Fase – Prova Escrita de Conhecimentos, devendo observar os endereços que constarão em Edital específico quando de sua convocação.

13.2 O Exame de Capacidade Física para candidatos a **Soldado Policial Militar**, de caráter eliminatório, será realizado por meio da aplicação do Teste de Suficiência Física e compreenderá as seguintes provas:

Teste de Suficiência Física:

- *Shuttle run*;

- Tração na barra fixa;

- Corrida de 2.400 metros.

13.3 O Exame de Capacidade Física para candidatos a **Soldado Bombeiro Militar**, de caráter eliminatório, será realizado por meio da aplicação do Teste de Suficiência Física e do Teste de Habilidades Específicas e compreenderá as seguintes provas:

a) Teste de Suficiência Física:

- *Shuttle run*;
- Tração na barra fixa;
- Corrida de 2.400 metros.

b) Teste de Habilidade Específica:

- Subida no cabo;
- Mergulho;
- Deslocamento em meio líquido (natação);
- Transposição em trave suspensa.

13.4 Os objetivos, procedimentos para realização e índices/tabelas estão previstos no **Anexo IV** deste Edital que trata das normas para aplicação e execução do Exame de Capacidade Física e Teste de Habilidade Específica.

13.5 A tabela de pontuação constante do **Anexo IV** é somente para fins de aptidão no exame de capacidade física, não sendo computado para efeitos de classificação no certame, prevalecendo neste caso, a média obtida na Prova Escrita de Conhecimentos.

13.6 Por ocasião da realização do Exame de Capacidade Física e Testes de Habilidades Específicas, **deverá obrigatoriamente o candidato, apresentar, sob pena de não realizar os testes, atestados médicos considerando-o APTO para a realização dos exames** acima descritos **02 (dois)** dias antes da data marcada para a realização dos referidos exames, na Seção de Educação Física da Diretoria de Ensino PMPR (SEFID/DE) ou através de SEDEX, no endereço: rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401, bairro Rebouças, Curitiba, Pr, SEFID, CEP 80.230.110.

13.7 Os Atestados Médicos deverão conter obrigatoriamente, nome e número do CRM legível, preferencialmente impresso, do médico que os forneceram.

13.8 O modelo de Atestado (s) Médico (s) a que se refere o **subitem 13.6**, consta do **Anexo III** do presente edital.

14 DA TERCEIRA FASE: EXAME DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL

14.1 O exame de sanidade física e mental, de caráter eliminatório, compreenderá avaliação médica e odontológica e avaliação psicopatológica. Esses exames têm por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que no exercício das atividades de **policia militar** ou de **bombeiro militar** possam expor o candidato ao agravamento dessas condições mórbidas ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando o candidato apto ao exercício pleno das funções da carreira de militar e atividades inerentes a ela. Está compreendida, nessa fase do Concurso, a verificação de condições físicas que não voltadas à morbidez sejam consideradas impeditivas à realização do Exame de Capacidade Física, face o intenso esforço físico a que serão submetidos os candidatos.

14.1.1 As avaliações constantes do Exame de Saúde serão realizadas nos locais, datas e horários constantes de Edital específico a ser divulgado para a convocação dos candidatos.

14.1.2 As avaliações serão procedidas por Juntas de Inspeção de Saúde, constituídas por Médicos e Dentistas, e por Psicólogos e Psiquiatras designados para essa finalidade.

14.1.3 Por ocasião da realização da avaliação médica, o candidato deverá obrigatoriamente apresentar os resultados dos exames laboratoriais citados nos **subitens 14.1.4 e 14.1.5**, cuja data da realização deverá ser inferior a 90 (noventa) dias da apresentação, sob pena de não ser submetido ao exame médico e ser desclassificado do Concurso.

14.1.4 As avaliações clínicas e laboratoriais a seguir mencionadas serão custeadas pelos candidatos:

- Hemograma completo;
- Glicemia de jejum;
- Creatinina sérica;
- Sorologia para lues (VDRL quantitativo);
- Machado Guerreiro;
- Gama GT;
- Parcial de urina;
- Radiografia de tórax PA com laudo;
- Eletrocardiograma de repouso com laudo;
- Eletroencefalograma com laudo e exame;
- Laudo de acuidade visual com e sem correção;
- Laudo de avaliação oftalmológica conforme anexo "V";
- Exame de audiometria com laudo;
- Radiografia panorâmica odontológica com laudo;

Toxicológico clínico, o qual deverá ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato(a), por meio de coleta de material orgânico (**cabelo**), em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para: Anfetaminas [anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA, MDEA, MDA, metadona)]; Opiáceos (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides (maconha); Benzodiazepínicos (flurazepan, oxazepan etc.) e Cocaína (metabólitos);

Teste diagnóstico de gravidez. Sendo a gravidez constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, constituir-se-á em impeditivo, vez que, encerradas as fases do Concurso, os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão incluídos na PMPR (como Soldado de 2.^a Classe) para a realização do Curso de Formação, no qual serão exigidos, em grande parte da respectiva carga horária, intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, ordem unida, tiro policial, defesa pessoal e estágios de policiamento nas diversas modalidades para candidatos a Soldado Policial-Militar e intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, natação, busca aquática, busca terrestre, combate a incêndios florestais, prevenção de incêndios, salvamento vertical, salvamento terrestre e ordem unida, o que também não coaduna com a condição de gravidez, face os riscos de morte para a candidata e para o embrião/feto.

14.1.5 Por ocasião da apresentação dos resultados dos exames laboratoriais, quando do exame clínico, e a critério da Junta de Inspeção, os candidatos deverão realizar os seguintes exames complementares, no prazo de 7 (sete) dias úteis, também custeados pelos candidatos, para que seja realizada nova inspeção de saúde:

Eletrocardiograma de esforço e/ou ecocardiograma, para candidatos cujos laudos de eletrocardiograma de repouso suscitarem dúvidas quanto à aptidão física para ingresso na Polícia Militar;

Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para candidatos portadores de desvios da coluna;

Eletroencefalograma - será considerado(a) apto(a) candidato(a) que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado(a) inapto(a) os(as) candidatos(as) que apresentarem resultados nos grupos III e IV;

Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para candidatos portadores de báscula de bscia; e

Ressonância magnética de joelhos, para candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho.

14.1.6 As Juntas de Inspeção de Saúde, a seu critério, poderão solicitar outros exames, se necessário, com a finalidade de esclarecerem dvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.

14.1.7 Serão julgados incapazes pelas Juntas de Inspeção de Saúde para ingresso na Polícia Militar os candidatos que:

a) não preencherem os índices mínimos constantes deste Edital e/ou incidirem nas condições incapacitantes, impeditivas ou excederem a proporcionalidade de peso e altura prevista neste Edital;

b) apresentarem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com a atividade de **polcial militar** ou de **bombeiro militar**;

c) deixarem de apresentar algum exame relacionado no presente Edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

d) incidirem em condição clínica que, embora não conste do presente Edital, seja considerada incapacitante para a atividade de **polcial militar** ou de **bombeiro militar** pela Junta de Inspeção de Saúde.

14.1.8 Serão considerados índices mínimos exigidos:

a) acuidade visual - ndice mínimo de 20/25 (Tabela SNELLEN), em cada olho, medido a 6 (seis) metros, sem correção.

b) senso cromático -  admissível a discromatopsia de graus leve e médio, e incapacitante a de grau acentuado, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado.

14.1.9 Na avaliação odontológica serão consideradas como condições mínimas:

- ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;
- ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;
- ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;
- ausência de dentes cariados ou com lesões periapicais;
- presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam estética e função, inclusive prótese total;
- ausência de lesões periodontais graves;
- a presença de raízes hgidas que foram aproveitadas proteticamente serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos, desde que possuam a referida peça protética;
- as próteses utilizadas para substituir os dentes naturais deverão apresentar adaptabilidades adequadas;
- ausência de distúrbios da fala.

14.1.10 Limites mínimos de motilidade:

a) Limites mínimos de motilidade da extremidade superior:

- Ombro - elevação para diante  90, abdução a 90.
- Cotovelo - flexão a 100, extensão a 150.
- Punho - alcance total a 15.

- Mão - supinação/pronação a 90°.
 - Dedos - formação de pinça digital
- b) Limites mínimos de motilidade da extremidade inferior:

- Coxo-femural - flexão a 90°, extensão a 10°.
- Joelho - extensão total, flexão a 90°.
- Tornozelo - dorsiflexão a 10°, flexão plantar a 10°.

14.1.11 Índices cardiovasculares:

- Pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:
- Sistólica - igual ou menos de que 140mmHg.
- Diastólica - igual ou menos de que 90mmHg.
- Pulso arterial medido em repouso - igual ou menor que 100bat/min.

14.1.12 Índice audiométrico:

- Serão considerados aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ; 30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis, nas frequências de 3000 a 8000HZ, por vias aérea e óssea.

14.1.13 Condições incapacitantes: além das condições previstas nas "Normas Técnicas Sobre as Doenças que Motivam a Exclusão do Serviço Ativo do Exército – NTDMEEX – Portaria nº 113/DGP, de 07/12/2001, constituem condições incapacitantes a ingresso na Polícia Militar:

a) Cabeça e pescoço. Deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fistulas.

b) Ouvido e audição. Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano. Infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes dos Índices Mínimos exigidos.

c) Olhos e visão: Infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações tumorais, excetuando-se cisto benigno palpebral; opacificações de córnea; degenerações; seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas; doenças neurológicas ou musculares; discromatopsia; bem como qualquer cirurgia refrativa num período de até 06 (seis) meses entre o procedimento cirúrgico e a inspeção de saúde.

d) Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago. Anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; sequelas de agentes nocivos; fistulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.

e) Dentes. Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, conforme "Índices Mínimos".

f) Pele e tecido celular subcutâneo. Infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou cronificadas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicas cronificadas ou infectadas; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações

das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que comprometam a estética; nevus vasculares e externos ou antiestéticos. Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de *piercing* para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) Pulmões e paredes torácicas. Deformidades relevantes congênitas ou adquiridas de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (considerando-se a história); fístula e fibrose pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e despiceira, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema cardiovascular. Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas.

i) Abdome e trato digestivo. Anormalidades da parede (ex: hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex: doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.

j) Aparelho gênito-urinário. Anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A hipospádia não é incapacitante.

k) Aparelho osteo-mio-articular. Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, será buscado o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

l) Doenças metabólicas e endócrinas. "Diabetes mellitus"; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos. Alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.

n) Doenças neuropsiquiátricas. Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Será avaliada cuidadosamente a história para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranóides e transtornos de personalidade.

o) Tumores e neoplasias. Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

p) Doenças sexualmente transmissíveis. Qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas. Neoplasias; coforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidades congênitas; mastites específicas, tumorações da mama.

14.1.14 Proporcionalidade de peso e altura. A avaliação da proporcionalidade de peso e altura será realizada pelo IMC (Índice de Massa Corpórea), cujo cálculo será apurado utilizando-se a fórmula do IMC (abaixo), considerando-se aptos aqueles que estiverem dentro dos seguintes limites:

1) Sexo masculino: IMC entre 18 e 30.

2) Sexo feminino: IMC entre 18 e 28.

Será incapacitado todo candidato que tiver realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde.

Fórmula para cálculo do IMC:

$$\text{IMC} = \frac{\text{Peso Corporal (em Kg)}}{(\text{ALTURA})^2 \text{ (em metros)}}$$

14.2 O Exame Psicopatológico, será aplicado nas cidades onde o candidato realizou a 1ª Fase – Prova Escrita de Conhecimentos e 2ª Fase – Exame de Capacidade Física, devendo observar os endereços que constarão em Edital específico quando de sua convocação.

14.2.1 O Exame Psicopatológico, de caráter eliminatório, tem como objetivo indicar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, e contra-indicar aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo, será executado pela Cops/Uel e supervisionado pela subcomissão designada para o exame de sanidade física e mental.

14.2.2 Método

- Mensuração. Serão realizadas avaliações das características predominantes de personalidade, de habilidades específicas e de evidências de patologias, por meio da aplicação de instrumentos psicométricos validados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que resultem na obtenção de dados objetivos e fidedignos.

- Procedimento. O Exame Psicopatológico será realizado por meio de provas coletivas, ou seja, aplicação simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente, de testes psicométricos objetivos e projetivos.

- Para a realização dos testes, os candidatos deverão portar lápis preto n.º 2, borracha e caneta preta ou azul.

- Para a submissão ao Exame Psicopatológico, recomenda-se ao candidato os seguintes cuidados: dormir pelo menos 08 (oito) horas na noite que antecede o Exame,

alimentar-se de forma habitual no dia do Exame, fazer abstinência de álcool ou outra substância psicoativa nas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o Exame. O não cumprimento destas orientações será de total responsabilidade do candidato.

14.2.3 Serão contra-indicados os candidatos que apresentarem características incompatíveis com o perfil psicológico estabelecido pela PMPR para o exercício da função e/ou a presença de qualquer um dos tipos de transtornos mentais e comportamentais, conforme classificação do Código Internacional de Doenças (CID-10), detectada por meio dos testes utilizados, ou através de entrevista complementar.

14.2.4 Tabela do Perfil Profissiográfico

Característica	Parâmetro	Descrição
Controle emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Raciocínio espacial	Adequado	Capacidade de visualização, isto é, de formar representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.
Atenção Concentrada	Elevada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas consequências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes

		e/ou idéias.
Fluência verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

14.2.5 O resultado do Exame Psicopatológico será divulgado em conjunto com os demais exames que compõem o Exame de Sanidade Física e Mental. O motivo específico da desclassificação poderá ser informado por escrito, unicamente ao candidato (a), por um Psicólogo(a) componente da subcomissão de avaliação, desde que o candidato requeira no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do resultado ao Presidente do Concurso. O candidato poderá fazer-se acompanhar de um psicólogo(a) de sua livre escolha, devidamente registrado no CRP, a fim de verificar os procedimentos técnicos adotados na avaliação, na data determinada para vistas dos resultados do Exame Psicopatológico (entrevista de devolução).

14.2.6 Após a entrevista de devolução o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo perante o Presidente da Comissão de Concursos, podendo ser assessorado ou representado por psicólogo que não tenha feito parte da comissão avaliadora, que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação do recorrente. O psicólogo contratado pelo requerente poderá proceder à revisão do processo de avaliação do recorrente na presença de um psicólogo da Comissão Examinadora.

14.2.7 Não serão, em hipótese alguma, realizados novos testes aos candidatos contra-indicados.

15 DA QUARTA FASE: EXAME SOCIAL E DOCUMENTAL

15.1 De caráter eliminatório, visa à comprovação da idoneidade moral e conduta do candidato.

15.2 O Exame Social e Documental constará de pesquisa social, compreendendo preenchimento de questionário (Formulário de Dados Biográficos), diligências (ambiência doméstica e social), entrevistas e pedidos de informação, que se estenderá inclusive ao período de formação.

15.3 O questionário que deverá ser retirado pelo candidato no dia do Exame de Capacidade Física no local de sua aplicação, deverá ser preenchido e entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis na 2ª Seção do Estado Maior no Quartel do Comando Geral da PMPR, no endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401, bairro Rebouças, cidade de Curitiba/Pr, CEP 80.230-110, para os candidatos que realizaram a Prova Escrita de Conhecimentos em Curitiba e pessoalmente nos Batalhões PM ou Grupamentos BM das cidades de Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu para os candidatos que realizaram a Prova Escrita de Conhecimento naquelas cidades, e visa coletar dados gerais sobre os candidatos por meio de formulário específico e por ocasião da devolução deste devidamente preenchido, deverão ainda, ser anexados ao formulário, as seguintes certidões:

- a) Certificado de conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio;
- b) Certidão de Crime Eleitoral e de Quitação Eleitoral;
- c) Certidão da Vara de Execução Penal da Comarca de sua residência;

- d) Certidão do Cartório do 1º Ofício do Distribuidor da Capital (somente para quem reside em Curitiba);
- e) Certidão do Fórum Criminal da Comarca de sua residência;
- f) Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e/ou do Estado onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) Certidão da Justiça Federal;
- h) Para os ex-militares das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deverão apresentar ainda:
- i) Certidão das Justiças Militares Estaduais (para ex-militares estaduais incluindo os da PMPR) ou da Justiça Militar Federal (para ex-militares federais).

15.4 As diligências destinam-se a verificar *in loco* se o comportamento, de um modo geral, bem como se a conduta social do candidato não contrariam:

- a) os requisitos estabelecidos neste Edital para ingresso na PMPR;
- b) as obrigações e deveres inerentes ao futuro militar, de acordo com o previsto no Código da Polícia Militar do Paraná.

15.5 As diligências de Ambiência Social destinam-se:

- a) Não ter envolvimento com pessoas comprometidas com ilícitos.
- b) Se, nos locais que trabalha ou trabalhou, as atividades são ou eram idôneas e lícitas. Em caso positivo, se o comportamento é ou era compatível com a condição de futuro militar (assíduo, pontual, honesto e relaciona-se ou relacionava-se bem com os colegas).
- c) Se os locais onde freqüentou ou costuma freqüentar são compatíveis com a condição de futuro militar, tendo em vista as pessoas que o freqüentam e as atividades que ali são realizadas.

15.6 As diligências de ambiência doméstica destinam-se:

- a) Verificar se o candidato é possuidor de condições mínimas de higiene pessoal.
- b) Se não reside sob o mesmo teto com pessoas envolvidas em ilícitos.

15.7 A Entrevista tem a finalidade de comparar os dados fornecidos pelos candidatos e por terceiros com o apurado nas diligências realizadas, esclarecer dúvidas, levantar outras informações julgadas necessárias e dar condições de emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do candidato.

15.8 Os Pedidos de Informações visam coletar dados relativos aos antecedentes do candidato nos órgãos abaixo:

- a) Instituto de Identificação do Paraná;
- b) Escolas Públicas/Particulares;
- c) Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
- d) Firmas Públicas/Particulares;
- e) Organizações Militares
- f) Departamento de Polícia Federal – Seção Paraná;
- g) Delegacias Policiais;
- h) Varas de Inquérito;
- i) Varas Criminais;
- j) Varas de Execução Penais;
- k) Juizados Especiais;
- l) Registros de Ocorrências Policiais (Boletins de Ocorrência);
- m) Outros órgãos julgados necessários.

15.9 Será desclassificado do Concurso Público previsto neste Edital, o candidato que tenha sido considerado contra-indicado nesta fase ou em concursos anteriores da PMPR no Exame Social e Documental, salvo se houver cessado o motivo daquela reprovação, bem como aqueles que durante a realização de qualquer fase do certame faltarem com o respeito, a disciplina e a ética social com qualquer dos examinadores, concorrentes ou pessoas que porventura estejam nos locais de exame.

16 DA CLASSIFICAÇÃO

16.1 A classificação geral do Concurso para fins de ingresso na PMPR dentro das vagas ofertadas será pela nota da Prova Escrita de Conhecimentos, conforme definido no **item 10** deste Edital, com observância no disposto no **subitem 1.8**, desde que o candidato(a) seja considerado(a) apto(a) nas demais fases previstas no presente Edital. Essa classificação geral será publicada no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico www.cops.uel.br.

17 DO INGRESSO

17.1 Somente ingressará na Polícia Militar do Paraná o candidato que:

17.1.1 Satisfizer todas as condições previstas no **subitem 5.2** deste Edital.

17.1.2 For aprovado e classificado dentro do número de vagas existentes, conforme critérios estabelecidos no presente Edital.

17.1.3 Apresentar os seguintes documentos, no ato do ingresso, dentro do prazo previsto, sob pena de desclassificação:

- a) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente de frente;
- b) Cédula de identidade do Paraná ou protocolo de seu requerimento junto ao Instituto de Identificação do Paraná e duas cópias;
- c) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e uma cópia;
- d) CPF e uma cópia;
- e) Comprovante de endereço com CEP e uma cópia;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação e uma cópia;
- g) Certificado de conclusão e histórico escolar do ensino médio ou equivalente, fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
- h) Certidão de casamento e uma cópia;
- i) Certidão de nascimento dos filhos e uma cópia;
- j) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
- k) Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, emprego ou função públicos federal, estadual ou municipal, conforme prevêm os incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal;

17.1.4 Os militares (ou ex-militares) das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deverão apresentar ainda certidão do Arquivo-Geral e do Serviço de Justiça e Disciplina da respectiva Unidade Militar em que servem ou serviram, exceto na condição de prestação do serviço militar obrigatório.

17.2 A apresentação dos documentos exigidos é de inteira responsabilidade dos candidatos que poderão deixar de ser incluídos se não apresentá-los na data estipulada em Edital específico ou se apresentá-los rasurados, ilegíveis ou irregulares.

17.3 A declaração falsa ou inexata, bem como a apresentação de documentos ou informações falsos ou inexatos, determinarão a invalidação da ingresso e de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

17.4 O não comparecimento dos candidatos para efetivação do ingresso ou a não apresentação dos documentos exigidos dentro dos prazos estabelecidos em Edital específico, será entendido em desistência e implicará na sua eliminação do Concurso, sendo convocados candidatos suplentes na ordem rigorosa de classificação.

17.5 Não será admitido ingresso por procurador, salvo por motivo de doença plenamente justificado, desde que não impeça o candidato de iniciar o curso de formação no prazo estipulado.

17.6 O ingresso na PMPR, ato formal do Comando-Geral, será realizado pela Diretoria de Pessoal através do Centro de Recrutamento e Seleção, sendo que após a formalização desse ingresso, os aprovados serão apresentados pela Diretoria de Pessoal à Diretoria de Ensino, a qual fará a distribuição para fins de realização do Curso de Formação de Soldados PM ou BM conforme o previsto nos **itens 2 e 3** do presente Edital.

18 DOS RECURSOS

18.1 Será admitido recurso relativo à formulação de questões objetivas, formulação de questões subjetivas, correção de provas subjetivas e teórico-práticas, e erro material.

18.2 O recurso será admitido uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração ou recurso à instância superior.

18.3 Os recursos a que se refere o item 18.1, exceto os constantes do item 12 e seus subitens, serão avaliados e julgados pelas bancas examinadoras compostas nas subcomissões respectivas.

18.4 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento.

18.5 Serão liminarmente indeferidos os recursos que não estiverem devidamente justificados ou se baseiem em razões de caráter subjetivo, os que derem entrada fora de prazo ou os recursos enviados via fax ou via correio eletrônico.

18.6 O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação dos resultados de cada fase, em edital específico.

18.7 O candidato que impetrar recurso somente será encaminhado para a realização dos exames seguintes caso tenha sido deferido o seu requerimento.

18.8 Compete à Comissão do Concurso decidir, motivadamente, sobre os recursos no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

18.9 Os recursos, exceto os constantes do item 12 e seus subitens, a que se refere o presente Edital deverão, observados os prazos, ser dirigidos ao Diretor de Pessoal da PMPR e/ou ao Presidente do Concurso Público e protocolados no Sistema Integrado do Protocolo Geral no Quartel do Comando-Geral da PMPR em Curitiba à Avenida Marechal Floriano Peixoto nº 1.401, bairro Rebouças, no horário de expediente, aos cuidados do Centro de Recrutamento e Seleção - CRS.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame.

b) Faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

c) Não portar documento comprobatório da inscrição e de identidade com fotografia para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

d) verificar, a qualquer tempo das provas, testes ou exames que, dentre os aplicadores de sua sala ou do seu grupo exista qualquer parente seu, afim ou consanguíneo até 3.º grau, ou cônjuge, e não comunicar o fato ao coordenador do setor.

19.2 O candidato deverá apresentar-se para a realização das provas, testes ou exames com trinta minutos de antecedência.

19.3 Não será admitido a realizar as provas o candidato que chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões.

19.4 A confirmação dos locais de provas, bem como do calendário para os exames das demais fases do Concurso, deverá ser feita pessoalmente pelo candidato, por meio de acesso ao endereço eletrônico www.cops.uel.br ou www.dioe.pr.gov.br

19.5 Para o Exame de Capacidade Física não será permitido o uso de qualquer substância química capaz de alterar o desenvolvimento natural do candidato, ficando, a critério da comissão de avaliadores, a escolha aleatória de qualquer candidato para sujeição a exames laboratoriais. Será eliminado do Concurso o candidato que se negar a fornecer o material para exame, bem como aquele cujo resultado do exame for positivo.

19.6 Será eliminado o candidato que faltar em qualquer um dos dias de provas, ou no ato do ingresso, passando à condição de desistente.

19.7 As convocações para a realização de fases, bem como, qualquer outro ato decorrente do concurso, só serão realizados e tornados públicos pelos sites www.cops.uel.br e www.dioe.pr.gov.br não sendo em hipótese alguma, realizada convocações por meio de carta, fax, e-mail ou qualquer outro tipo de correspondência pessoal.

19.8 A desclassificação do candidato, decorrente do não-atendimento dos requisitos constantes neste Edital, em qualquer fase do Concurso, dar-se-á por ato do Presidente da Comissão, com a divulgação dos resultados de cada fase.

19.9 O candidato somente será submetido à fase subsequente do Concurso se aprovado ou considerado apto, conforme o caso, na fase anterior.

19.10 Em hipótese alguma será realizado novo teste nos casos em que o candidato tiver sido considerado ausente, inapto, desclassificado, contra-indicado ou que mesmo presente, deixe de realizar as provas, testes ou exames, por qualquer motivo.

19.11 Os candidatos incluídos na Polícia Militar do Paraná, após aprovação no Concurso regulado por este Edital, serão matriculados em Curso de Formação de Soldado na condição de Soldados de 2.ª Classe.

19.12 Os resultados de cada fase do Concurso serão divulgados por meio de Editais do Presidente da Comissão, publicados no endereço eletrônico da Coordenadoria de Processos Seletivos da UEL, www.cops.uel.br e por meio de extrato de Editais publicados no Diário Oficial do Estado, www.dioe.pr.gov.br.

19.13 Às comissões designadas para a realização das fases do concurso, caberá a responsabilidade de providenciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades que lhes ficarão incumbidas face à designação.

19.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Pessoal da Polícia Militar.

19.15 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Quadro de Vagas.

- b) Anexo II – Conteúdo Programático;
- c) Anexo III – Modelo de Atestado Médico;
- d) Anexo IV - Conteúdo do Exame de Capacidade Física;
- e) Anexo V – Modelo de Laudo de avaliação oftalmológica;

Curitiba, PR, 24 de novembro de 2009.

Coronel QOPM Joacyr José da Silva,
Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná.

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS

Cargo/Função	<u>Vagas ofertadas</u>		<u>Reserva de vagas Afrodescendentes *</u>
	PM	BM	
Soldado 2ª classe	1.100	400	150
Total de vagas ofertadas	1500		

* correspondentes a 10% das vagas ofertadas.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LINGUA PORTUGUESA (10 questões)

Compreensão e interpretação de textos, com moderado grau de complexidade. Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto e das relações de causa e consequência entre as partes de um texto. Distinção de fato e opinião sobre esse fato. Interpretação de linguagem não-verbal (tabelas, fotos, quadrinhos etc.). Reconhecimento das relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, preposições argumentativas, locuções etc. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos e/ou morfo-sintáticos, de campos semânticos, e de outras notações. Identificação de diferentes estratégias que contribuem para a continuidade do texto (anáforas, pronomes relativos, demonstrativos etc.). Compreensão de estruturas temática e lexical complexas. Ambiguidade e paráfrase. Relação de sinonímia entre uma expressão vocabular complexa e uma palavra.

MATEMÁTICA (10 questões)

Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Frações ordinárias e decimais. Conjunto e funções. Progressões aritméticas e geométricas. Logaritmos. Porcentagem e juros. Razões e proporções. Medidas de tempo. Equações de primeiro e segundo grau; sistemas de equações. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal, sistema monetário brasileiro. Relações trigonométricas. Formas geométricas básicas. Perímetro, área e volume de figuras geométricas. Gráficos e tabelas. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Cálculo Proposicional. Lógica de 1ª ordem. Raciocínio Lógico. Resolução de problemas.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (8 questões)

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90).

Título I

Das Disposições Preliminares.

Título II

Dos Direitos Fundamentais:

- Do Direito à Vida e à Saúde;
- Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;
- Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;
- Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;
- Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Título III

Da Prevenção. Dos Produtos e Serviços. Da Autorização para Viajar. Das Medidas de Proteção.

Parte Especial

Título III

Da Prática de Ato Infracional. Dos Direitos Individuais. Das Medidas Sócio-Educativas.

Título IV

Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.

Título V

Do Conselho Tutelar. Disposições Gerais. Das Atribuições do Conselho.

CIÊNCIAS DA NATUREZA (10 questões)

Estudo geral dos líquidos e sólidos: propriedades dos líquidos e sólidos, pressão de vapor de um líquido puro e de uma solução, relação entre pressão de vapor e temperatura; tipos de solução em função do estado físico dos componentes, soluções condutoras e não condutoras de eletricidade e a natureza da espécie química dissolvida; **Termoquímica:** energia das reações químicas, reações endotérmicas e exotérmicas, aditividade dos calores de reação e lei de Hess, entalpia, entropia, termodinâmica do fogo; **Cinética Química:** reações químicas e colisões efetivas; velocidade de reação e energia de ativação; velocidade de reação e concentração dos reagentes (ordem da reação); fatores que influem na velocidade da reação química; **Movimento, variações e conservações:** unidades temáticas: fenomenologia cotidiana, variação e conservação da quantidade de movimento, energia e potência associadas aos movimentos, equilíbrios e desequilíbrios; **Calor, ambiente e usos de energia:** fontes e trocas de calor, tecnologias que usam calor, o calor na vida e no ambiente, energia: produção para uso social; **Equipamentos elétricos e telecomunicações:** aparelhos elétricos, motores elétricos, geradores, emissores e receptores; **Matéria e radiação:** matéria e suas propriedades, radiações e suas interações, energia nuclear e radioatividade, eletrônica e informática; **Universo, Terra e Vida:** Terra e sistema solar, o universo e sua origem, compreensão humana do universo, interação entre os seres vivos, qualidade de vida das populações humanas, identidade dos seres vivos, diversidade da vida, transmissão da vida, ética e manipulação gênica, origem e evolução da vida.

CIÊNCIAS HUMANAS (10 questões)

Problemas éticos e políticos: Estado, sociedade e poder, democracia, constituição da cidadania, poder, liberdade, emancipação e dever, a questão da justiça, da liberdade e autonomia. **A relação da arte com a sociedade:** a Indústria Cultural e cultura de massa, a reprodutibilidade técnica da arte, a questão da arte e da indústria cultural; **Os processos sociais e suas expressões territoriais:** atividades econômicas e dinâmicas populacionais, urbanização, industrialização, produção de conhecimentos, transformações tecnológicas e o mundo do trabalho, apropriação privada da terra, a cidade, o campo; **A constituição dos blocos de poder e as transformações territoriais:** redes de circulação, desigualdades regionais; **Antiguidade Ocidental:** cultura Greco-Romana, a constituição e o desenvolvimento da Pólis grega, Roma Republicana e Imperial; **Mundo Ocidental Durante o Medievo:** a sociedade feudal Européia; **Mundo na Modernidade:** a cultura e a ciência, a conquista e a colonização da América e do Brasil, a revolução industrial: cultura e trabalho na Europa, nas colônias anglo-hispânicas e no Brasil, as várias formas de trabalho: escravo, servil e assalariado, a consolidação do capitalismo: dominação, conflitos e resistências, culturas de massa e vanguardas artísticas: as relações entre o erudito e o popular, globalização, neo-liberalismos, a questão ambiental e a sociedade do conhecimento, a exclusão na contemporaneidade: etnias, nacionalismos, religiões e sexualidades; **Indivíduo, Identidade e Socialização:** a questão da identidade nas várias sociedades; a emergência do indivíduo/individualidade e do individualismo; a diversidade do processo de socialização; a questão da família e da escola na formação do indivíduo; **Estrutura e Estratificação Social / As desigualdades Sociais:** a relação entre a estrutura social e a estratificação: as castas, os estamentos e as classes; as várias formas de desigualdades sociais e a diversidade das explicações teóricas.

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIDADES (2 questões discursivas)

Noções gerais sobre temas da vida econômica, política e cultural do Paraná, do Brasil e do Mundo. O debate sobre as políticas públicas para o meio ambiente, saúde, educação, trabalho, segurança, assistência social e juventude. Ética e Cidadania. Aspectos relevantes das relações entre os Estados e Povos.

ANEXO III – MODELOS DE ATESTADOS MÉDICOS PARA O TESTE DE SUFICIÊNCIA FÍSICA (TSF) E TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE) DO EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA (ECAFI)

ATESTADO MÉDICO PARA O TSF

Atesto, para os devidos fins, que o(a) _____,

RG _____, goza de boas condições de saúde, estando apto para realizar os testes de corrida de 2.400 metros, tração na barra fixa e shuttle run, do concurso público da Polícia Militar do Paraná, regulado pelo Edital nº 061/2009-CRS da Diretoria de Pessoal.

Curitiba, Pr, ____/____/____.

Assinatura/carimbo e CRM do Médico

ATESTADO MÉDICO PARA O THE

Atesto, para os devidos fins, que o(a) _____, RG

_____, goza de boas condições de saúde, estando apto para realizar os testes de subida no cabo, mergulho, deslocamento em meio líquido e transposição em trave suspensa, do concurso público da Polícia Militar do Paraná, regulado pelo Edital nº 061/2009-CRS da Diretoria de Pessoal.

Curitiba, Pr, ____/____/____.

Assinatura/carimbo e CRM do Médico

Os Atestados Médicos deverão conter obrigatoriamente, nome e número do CRM legível, preferencialmente impresso, do médico que o forneceu.

ANEXO IV – CONTEÚDO DO EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA (ECAFI)

TESTE DE SUFICIÊNCIA FÍSICA (TSF)

O Teste de Suficiência Física que faz parte do ECAFI será composto por três exercícios conforme descrição abaixo, obedecendo aos índices previstos na tabela apresentada.

Para ser considerado(a) APTO(A) o(a) candidato(a) deverá fazer uma somatória de no mínimo 11 (onze) pontos de um total máximo de 15 (quinze) pontos.

Será considerado(a) INAPTO(A) o candidato(a) que não alcançar o mínimo exigido.

1) SHUTTLE RUN

(traduzido: corrida de ir e vir)

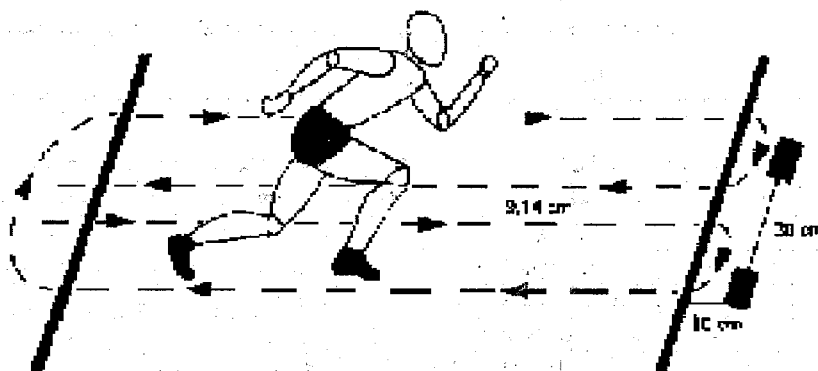
a) Objetivo: Avaliação da agilidade neuro-motora e da velocidade.

b) Material: 02 (dois) tacos de madeira e 01 (um) cronômetro e espaço livre de obstáculos.

c) Procedimento: O candidato coloca-se atrás do local de largada, com o pé o mais próximo possível da linha de saída. Ao comando de voz do avaliador o candidato inicia o teste com o acionamento concomitante do cronômetro. O candidato em ação simultânea, corre à máxima velocidade até os tacos equidistantes da linha de saída à 9,14 m (nove metros e quatorze centímetros), pega um deles e retorna ao ponto de onde partiu, depositando esse taco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida, vai em busca do segundo taco, procedendo da mesma forma. O cronômetro é parado quando o candidato deposita o segundo e último taco no solo e ultrapassa com pelo menos um dos pés a linha final. Ao pegar ou deixar o taco, o candidato terá que cumprir uma regra básica do teste, ou seja, transpor pelo menos um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O taco não deve ser jogado, mas sim, depositado ao solo.

d) Número de Tentativas: 02 (duas); O candidato terá duas chances para realizar sendo considerado válido o seu melhor tempo.

e) Tempo de execução: Livre a critério do candidato. Os pontos serão computados conforme a tabela.



Esquema de Shuttle Run
Fonte: DANTAS, E.H.M., 1986

2) TRAÇÃO NA BARRA FIXA

a) Objetivo: Medir a força muscular de membros superiores.

b) Procedimento: Partindo da posição inicial (pegada) na barra, posição LIVRE (pronação ou supinação), flexionar os braços ultrapassando o queixo em ângulo reto com o pescoço até a parte superior da barra, pés fora do solo, e voltar à posição inicial, ficando com os braços completamente estendidos.

É proibido o contato das pernas ou do corpo com qualquer objeto ou auxílios.

Para a contagem serão válidas as trações corretamente executadas e encerra-se o exercício assim que o candidato largar a barra.

Portanto, dentro da presente descrição serão computadas as trações executadas em que o queixo ultrapasse a altura da barra em ângulo reto. Não será computada a primeira tração caso o candidato a realize com aproveitamento do impulso realizado durante o salto para a empunhadura de tomada à barra.

c) Número de tentativas: será aceito apenas 01 (uma) tentativa.

d) Número de repetições: Livre a critério do candidato(a). Os pontos serão computados conforme a tabela.

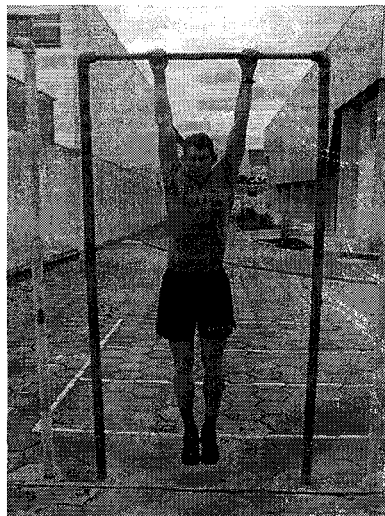


Figura 01
Posição 1
Inicial

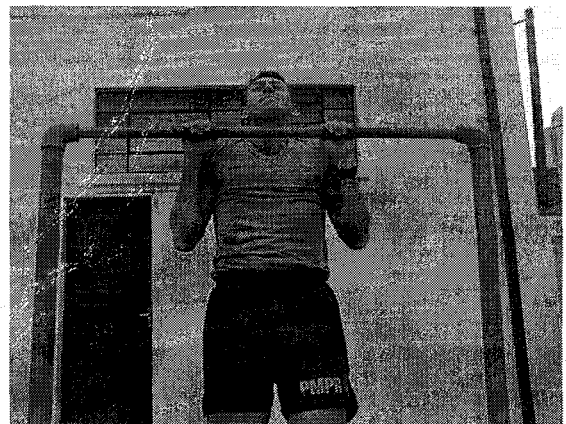


Figura 02
Posição 2
Intermediária.

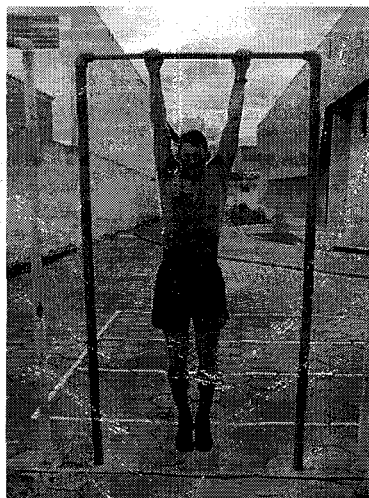


Figura 03
Posição 3
Final do Exercício

3) CORRIDA DE 2.400 m

a) Objetivo: Visa verificar a capacidade aeróbica do candidato (a).

b) Procedimento: O candidato deverá percorrer a distância de 2.400 m (dois mil e quatrocentos metros), sendo permitido andar durante o percurso. Ao final do teste será computado o tempo levado para percorrer a distância prevista.

c) Número de tentativas: 01 (uma) tentativa.

d) Tempo de execução: Livre a critério do candidato (a). Os pontos serão computados conforme tabela.

SHUTTLE RUN (medido em segundos e décimos de segundos)			
FEMININO		MASCULINO	
Tempo em segundos	pts	Tempo em segundos	pts
Até 11,50	5	Até 11,00	5
De 11.51 até 12.00	4	De 11.01 até 11.50	4
De 12.01 até 12.50	3	De 11.51 até 12.00	3
De 12.51 até 13.00	2	De 12.01 até 12.50	2
De 13.01 até 13.50	1	De 12.51 até 13.00	1
13,51 ou mais	0	13.01 ou mais	0
TRAÇÃO NA BARRA FIXA – PEGADA LIVRE NA BARRA (medido em repetições)			
FEMININO		MASCULINO	
Númerode repetições	pts	Número de repetições	pts
5	5	12 ou mais	5
4	4	De 09 até 11	4
3	3	De 06 até 08	3
2	2	De 03 até 05	2
1	1	2	1
0	0	1	0
CORRIDA DE 2.400 METROS (medido em minutos e segundos)			
FEMININO		MASCULINO	
Tempo em minutos	pts	Tempo em minutos	pts
Até 13.00	5	Até 11.00	5
De 13.01 até 13.30	4	De 11.01 até 11.30	4
De 13.31 até 14.00	3	De 11.31 até 12.00	3
De 14.01 até 14.30	2	De 12.01 até 12.30	2
De 14.31 até 15.00	1	De 12.31 até 13.00	1
De 15.01 ou mais	0	De 13.01 ou mais	0

IMPORTANTE

Para ser considerado **APTO** o candidato deverá fazer uma somatória de no mínimo 11 (onze) pontos, de um total de máximo de 15 (quinze) pontos.

Será considerado **INAPTO** o candidato que não alcançar o mínimo exigido.

TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

O Teste de Habilidades Específicas que faz parte do ECAFI para os candidatos concorrentes as vagas BM (bombeiro militar), será composto por quatro exercícios conforme descrição abaixo, obedecendo aos índices previstos nas tabelas apresentadas.

- MASCULINO -

Seqüência		Condições de Execução	Tempo para execução
	Provas		
1	Subida no Cabo	Subir 03 (três) metros em cabo de sisal de 01 (uma) a 1 ½ (uma e meia) polegada de diâmetro, sem auxílio dos membros inferiores (pés, pernas e coxas), aparelhos, materiais ou qualquer substância aderente. A partida será com os pés apoiados e os braços totalmente estendidos acima da cabeça, com as mãos agarradas na marca de início, colocada a 02 (dois) metros do solo. A finalização da prova ocorrerá quando candidato tocar, ou ultrapassar, com uma das mãos, a marca de 3 (três) metros, esta marca de 3 (três) metros é contado a partir da marca inicial de 2 (dois) metros. O candidato não poderá pegar impulso com os pés para iniciar o teste. O candidato terá 2 (duas) tentativas. Todos candidatos deverão estar secos para a realização da prova. Candidatos que não alcançarem a marcação de início (dois metros) poderão fazer uso de material fornecido pela comissão de avaliação.	O tempo é livre
2	Mergulho	O candidato deverá mergulhar em apnéia, sem equipamento algum, apanhar as 03 (três) bolas de sinuca, a uma profundidade entre 03 (três) e 04 (quatro) metros, numa área de busca de 01 (um) m ² , delimitada no fundo da piscina. O candidato deverá sair da superfície da água, em região logo acima do quadrado, não podendo se apoiar nas bordas ou raia para realizar o mergulho. Em cada tentativa o candidato deverá resgatar as três bolas. O candidato terá até 2 (duas) tentativas com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos. Haverá na piscina uma demarcação visível, ao nível da superfície da água, em uma das paredes, informando a profundidade. Esta profundidade deverá ser igual para todos.	O tempo é livre
3	Deslocamento em meio líquido	Nadar 50 (cinquenta) metros em uma piscina com dimensões entre 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) metros de comprimento, com raia mescladas com bóias, mantendo-se no nível da água, de acordo com as normas da FINA - Federação Internacional de Natação. O candidato deverá executar o deslocamento em meio líquido podendo utilizar-se de qualquer estilo. A partida será do bloco de partida ou da borda da piscina ou de dentro da água com o candidato tocando com uma das mãos o bloco de partida ou a borda da piscina, podendo realizar qualquer estilo de virada, devendo tocar com qualquer parte do corpo na parede de virada, não podendo agarrar-se nas bordas ou nos separadores de raia flutuantes, nem apoiar os pés no fundo da piscina, ou utilizar-se de meios como: palmar, nadadeiras e similares. O uso de óculos ou touca de natação é opcional, OBS: o uso da touca será obrigatório se no estabelecimento do local da prova exigir, portanto todos candidatos deverão providenciar uma touca de natação. O candidato terá apenas 1 (uma) tentativa.	Até 1'30" (um minuto e trinta segundos)
4	Transposição em trave suspensa	Transpor um vão de 06 (seis) metros de comprimento, andando sobre uma trave de 15 (quinze) centímetros de largura, a 06 (seis) metros de altura. A partida se dará após o candidato estar em pé sobre a trave, sem qualquer tipo de apoio para as mãos e antes da linha de partida. Durante a execução o candidato não poderá se apoiar no cabo de segurança. A finalização se dará após o candidato ultrapassar com os 2 (dois) pés a linha demarcada a 6 (seis) metros de distância da linha de partida. O candidato terá até 2 (duas) tentativas com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos.	Até 1'00" (um minuto)
<p>Será considerado inabilitado o candidato que não atingir o índice Mínimo em qualquer prova.</p> <p>Haverá prévia demonstração da realização de cada prova. A ordem de seqüência das provas é conforme acima descrito.</p>			

- FEMININO -

Seqüência		Condições de Execução	Tempo para execução
	Provas		
1	Subida no Cabo	Subir 2 m (dois metros) em cabo de sisal de 01 (uma) a 1 ½ (uma e meia) polegada de diâmetro, sem auxílio dos membros inferiores (pés, pernas e coxas), aparelhos, materiais ou qualquer substância aderente. A partida será com os pés apoiados e os braços totalmente estendidos acima da cabeça, com as mãos agarradas na marca de início, colocada a 02 (dois) metros do solo. A finalização da prova ocorrerá quando o candidato tocar, ou ultrapassar, com uma das mãos, a marca de 2 m (dois metros) metros, esta marca de 2 m (dois metros) é contado a partir da marca inicial de 2 (dois) metros. A candidata não poderá pegar impulso com os pés para iniciar o teste. A candidata terá 2 (duas) tentativas. Todas candidatas deverão estar secas para a realização da prova. Candidatas que não alcançarem a marcação de início (dois metros) poderão fazer uso de material fornecido pela comissão de avaliação.	O tempo é livre
2	Mergulho	A candidata deverá mergulhar em apnéia, sem equipamento algum, e apanhar as 03 (três) bolas de sinuca, a uma profundidade entre 03 (três) e 04 (quatro) metros, numa área de busca de 01 (um) m ² , delimitada no fundo da piscina. A candidata deverá sair da superfície da água, em região logo acima do quadrado, não podendo se apoiar nas bordas ou raia para realizar o mergulho. Em cada tentativa a candidata deverá resgatar as três bolas. A candidata terá até 2 (duas) tentativas com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos. Haverá na piscina uma demarcação visível, ao nível da superfície da água, em uma das paredes, informando a profundidade. Esta profundidade deverá ser igual para todos.	O tempo é livre
3	Deslocamento em meio líquido	Nadar 50 (cinquenta) metros em uma piscina com dimensões entre 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) metros de comprimento, com raia mescladas com bóias, mantendo-se no nível da água, de acordo com as normas da FINA - Federação Internacional de Natação. O candidato deverá executar o deslocamento em meio líquido podendo utilizar-se de qualquer estilo. A partida será do bloco de partida ou da borda da piscina ou de dentro da água com o candidato tocando com uma das mãos o bloco de partida ou a borda da piscina, podendo realizar qualquer estilo de virada, devendo tocar com qualquer parte do corpo na parede de virada, não podendo agarrar-se nas bordas ou nos separadores de raia flutuantes, nem apoiar os pés no fundo da piscina, ou utilizar-se de meios como: palmar, nadadeiras e similares. O uso de óculos ou touca de natação é opcional, OBS: o uso da touca será obrigatório se no estabelecimento do local da prova exigir, portanto todas candidatas deverão providenciar uma touca de natação. A candidata terá apenas 1 (uma) tentativa.	Até 2'00" (dois minutos)
4	Transposição em trave suspensa	Transpor um vão de 06 (seis) metros de comprimento, andando sobre uma trave de 15 (quinze) centímetros de largura, a 06 (seis) metros de altura. A partida se dará após a candidata estar em pé sobre a travé, sem qualquer tipo de apoio para as mãos e antes da linha de partida. Durante a execução a candidata não poderá se apoiar no cabo de segurança. A finalização se dará após a candidata ultrapassar com os 2 (dois) pés a linha demarcada a 6 (seis) metros de distância da linha de partida. A candidata terá até 2 (duas) tentativas com intervalo entre as execuções de no máximo 10 (dez) minutos.	Até 1'00" (um minuto)
<p>Será considerado inabilitada a candidata que não atingir o índice Mínimo em qualquer prova.</p> <p>Haverá prévia demonstração da realização de cada prova. A ordem de seqüência das provas é conforme acima descrito.</p>			

ANEXO "V" – MODELO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO OFTAMOLÓGICA**LAUDO DE AVALIAÇÃO OFTAMOLÓGICA**

Eu, _____, médico oftalmologista regularmente inscrito no CRM/Pr sob número _____, atesto que examinei o candidato _____, RG _____, realizando a avaliação de acuidade visual de _____ no olho direito e de _____ no olho esquerdo, sem correção e de _____ no olho direito e de _____ no olho esquerdo com correção, bem como fiz a avaliação oftalmológica segundo itens **14.1.8, letra "a" e 14.1.13 letra "c" do Edital nº 061/2009-CRS-PMPR**, que diz respeito a aptidão oftalmológica e cuja conclusão é de que o exame oftalmológico foi _____. (apto ou inapto)

_____, _____ de _____ de _____.

Dr. _____

CRM/ _____